



ANAIIS II

SEMINÁRIO DE RESUMOS
JURÍDICOS DO CURSO DE DIREITO



FURJ – MANTENEDORA

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR DA FURJ

Conselho de Administração

Presidente – Beatriz Regina Branco

Conselho Curador

Presidente – Maria Salete Rodrigues Pacheco

PRESIDÊNCIA

Presidente

Alexandre Cidral

Vice-Presidente

Therezinha Maria Novais de Oliveira

Diretor Administrativo-Financeiro

Mário César de Ramos

Procuradora-Geral da Furj

Ana Carolina Amorim Buzzi

Diretor de Operações

Pablo Peruzzolo Patrício

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE – MANTIDA

ÓRGÃO DELIBERATIVO SUPERIOR DA UNIVILLE

Conselho Universitário

Presidente – Alexandre Cidral

ÓRGÃO EXECUTIVO SUPERIOR DA UNIVILLE – REITORIA

Reitor

Alexandre Cidral

Vice-Reitora

Therezinha Maria Novais de Oliveira

Pró-Reitor de Ensino

Eduardo Silva

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

Paulo Henrique Condeixa de França

Pró-Reitora de Extensão e Assuntos Comunitários

Patrícia Esther Fendrich Magri

Diretora do Campus São Bento do Sul

Liandra Pereira

PARQUE DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA DE JOINVILLE E REGIÃO – INOVAPARQ – MANTIDA

Diretor Executivo

Paulo Marcondes Bousfield



PRODUÇÃO EDITORIAL

Coordenação geral

Silvio Simon de Matos

Secretaria

Gabriela Heidemann

Produção Gráfica/Diagramação

Marisa Kanzler Aguayo

ISBN N.º 978-65-6176-014-0

Catalogação na fonte pela Biblioteca Universitária da Univille

S471a Seminário de Resumos Jurídicos do Curso de Direito (2. : 2026 : Joinville, SC)
Anais II Seminário de Resumos Jurídicos do Curso de Direito / organização Renata Egert, Rafael Mendonça. – Joinville, SC : Editora Univille, 2026.
101 p.

ISBN: 978-65-6176-014-0

1. Direito. 2. Direito civil. 3. Segurança pública. 4. Direitos humanos. 5. Direito do trabalho. 6. Direito previdenciário. 7. Direito constitucional. I. Egert, Renata (org.). II. Mendonça, Rafael (org.). III. Título

CDD 340

Elaborada por: Tatiane Cristina Gheno – CRB 14/1416

ANAIS DE RESUMOS DO **II SEMINÁRIO DE RESUMOS JURÍDICOS**

Resumo: Esta publicação que ora é tornada pública contém os resumos apresentados II seminário de Resumos Jurídicos. Anunciamos neste veículo, desta forma, os trabalhos aprovados pela comissão Científica. A edição dos Anais leva ao leitor(a), a disseminação do saber que orbitaram em torno da contemporaneidade e da interdisciplinaridade.

ORGANIZAÇÃO DO EVENTO
Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE

Curso de Direito

Renata Egert
Rafael Mendonça

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO

Dr. Acir Alves Coelho Junior
Ma. Beatriz Regina Branco
Me. Carlos Alberto Hartwig
Dr. Claudio Melquiades Medeiros
Me. Cloves Fernandes Barbosa
Esp. Daniel de Oliveira
Me. Décio Luiz Otero Junior
Me. Denis Fernando Radum
Me. Fernando de Lima
Dr. Frederico Wellington Jorge
Dra. Janaína Silveira Soares Madeira
Me. João Fábio Silva da Fontoura
Me. José Edilson da Cunha Fontenelle Neto
Ma. Katja Elizabeth Fuxreiter
Dr. Leandro Gornicki Nunes
Dra. Luana de Carvalho Silva Gusso
Dr. Luis Felipe do Nascimento Moraes
Me. Luiz Claudio Gubert
Me. Luiz Gustavo Assad Rupp
Dr. Nestor Castilho Gomes
Dra. Patrícia de Oliveira Areas
Esp. Pedro Elias Neto
Dr. Rafael Mendonça
Ma. Renata Egert
Dra. Sirlei de Souza
Me. Sergio de Oliveira Netto
Dr. Waldemar Moreno Junior

ORGANIZAÇÃO DOS ANAIS

Renata Egert
Rafael Mendonça

COORDENAÇÃO DO CURSO DE DIREITO

Waldemar Moreno Junior

APRESENTAÇÃO DOS ANAIS DA SEGUNDA EDIÇÃO DO **SEMINÁRIO DE RESUMOS JURÍDICOS**

É com satisfação que entregamos à comunidade científica a Segunda Edição do Seminário de Resumos Jurídicos. Reunimos os resumos aprovados e apresentados durante a realização dos Trabalhos de Conclusão do Curso de Direito da Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE) no segundo semestre de 2025 e primeiro semestre de 2026.

Nesta edição, mantemos o compromisso de registrar e disseminar a produção acadêmica desenvolvida pelos estudantes do Curso de Direito de nossa instituição, contemplando pesquisas que dialogam com questões contemporâneas e diferentes áreas do conhecimento jurídico e interdisciplinar. Temos o orgulho de observar o quanto os trabalhos apresentados refletem o compromisso dos acadêmicos com a investigação científica e crítica.

Tais pesquisas científicas desempenham um papel fundamental em nosso ambiente universitário, pois a formação de nossos estudantes integra, em seu percurso, ensino, pesquisa e extensão. A publicação dos Anais constitui um marco de divulgação e valorização de tudo aquilo que resultou da jornada de sua formação humanitária.

Nesse aspecto, cumpre ressaltar que no âmbito universitário Univille, a pesquisa se articula de maneira indissociável ao ensino e à extensão, algo que, na prática, demanda muita dedicação dos professores e equipe administrativa para integrar verdadeiramente essa tríade que conecta ciência, formação profissional e sociedade. A produção e a disseminação deste conhecimento constituem elementos essenciais para uma formação jurídica comprometida com a transformação e melhoria da sociedade.

A Segunda Edição dos Anais do Seminário de Resumos Jurídicos representa, portanto, nossa forma de preservar a memória acadêmica do evento e possibilitar o acesso permanente às pesquisas apresentadas, possibilitando a abertura desses conhecimentos para a comunidade (científica ou não), alcançando diferentes leitores e pesquisadores. Damos continuidade de uma iniciativa voltada à valorização da pesquisa e da produção acadêmica no Curso de Direito da UNIVILLE, reafirmando o compromisso institucional com a construção, a divulgação e a preservação do conhecimento científico.

Final do inverno de 2026.

Rafael Mendonça

SUMÁRIO

- 13 INVENTÁRIO EXTRAJUDICIAL: AS INOVAÇÕES PROPOSTAS PELA RESOLUÇÃO N.º 571/2024 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA À LUZ DOS PRINCÍPIOS DA EFICIÊNCIA E DA SEGURANÇA JURÍDICA**
Alana Kethillin Terto / Denis Fernando Radun
- 14 AUTONOMIA DA PACIENTE E OBJEÇÃO DE CONSCIÊNCIA MÉDICA: A COLISÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS NOS CASOS DE ABORTO LEGAL**
Júlia Ribeiro Marques / Denis Fernando Radun
- 15 ENTREVISTA COGNITIVA COMO INSTRUMENTO DE APRIMORAMENTO DA PROVA TESTEMUNHAL NO PROCESSO PENAL**
André Felipe Baumer / José Edilson da Cunha Fontenelle Neto
- 16 A LEI N. 15.190/2025 E SEUS LIMITES CONSTITUCIONAIS: UMA ANÁLISE À LUZ DO PRINCÍPIO DA PROIBIÇÃO DE RETROCESSO AMBIENTAL**
Caroline de Almeida / Luiz Gustavo Assad Rupp
- 17 INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL CASEIRA: E OS REFLEXOS DA AUSÊNCIA DE SUA REGULAMENTAÇÃO**
Brayan Vítório Cordeiro de Lima Machado / Denis Fernando Radun
- 18 O IMPACTO DO JUIZ DAS GARANTIAS NO PROCESSO PENAL E NA GARANTIA DE DIREITOS DO INVESTIGADO NA FASE PERSECUTÓRIA**
Guilherme Ebertz da Silva / José Edilson da Cunha Fontenelle Neto
- 19 MULHERES LÉSBICAS E BISSEXUAIS PRIVADAS DE LIBERDADE NO BRASIL: LIMITES ESTRUTURAIS DO SISTEMA PRISIONAL NA GARANTIA DE DIREITOS HUMANOS**
Edna Thayná Passos Peirão / Denis Fernando Radun
- 19 HERANÇA DIGITAL: DESAFIOS DO DIREITO SUCESSÓRIO BRASILEIRO**
Emily Loffi Wensing May / Denis Fernando Radun
- 21 A GUARDA COMPARTILHADA E A PROTEÇÃO DA CRIANÇA: UMA ANÁLISE DOS INSTRUMENTOS JURÍDICOS À LUZ DO PRINCÍPIO DO MELHOR INTERESSE**
Gabriela Gelbcke Beltrão / Denis Fernando Radun
- 22 O PRINCÍPIO DO NEMO TENETUR SE DETEGERE E O DIREITO CONSTITUCIONAL DA NÃO AUTOINCRIMINAÇÃO NO DESCUMPRIMENTO DE ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL**
Alexandre Cristiano de Souza Klitzke / Waldemar Moreno Junior
- 23 A APLICAÇÃO DA LEI DO SUPERENDIVIDAMENTO (LEI N.º 14.181/2021) SOB A PERSPECTIVA DA PROTEÇÃO DO NÚCLEO FAMILIAR**
Jamly Aviz Abdalla / Daniel de Oliveira
- 24 A VERDADEIRA FUNÇÃO DA PROVA NO PROCESSO PENAL E A (IM)POSSIBILIDADE DE DISTRIBUIÇÃO DA CARGA PROBATÓRIA NO DELITO DE RECEPÇÃO**
Isadora Nunes Rodrigues / Waldemar Moreno Junior
- 25 A LAICIDADE DO ESTADO E OS SÍMBOLOS RELIGIOSOS EM ESPAÇOS PÚBLICOS: ANÁLISE DO TEMA 1.086 DO STF**
Gabriela da Silva Mendonça / Luiz Gustavo Assad Rupp

- 26 A FRAGMENTAÇÃO DA CADEIA PRODUTIVA COMO BLIDAGEM JURÍDICA NA INDÚSTRIA TÊXTIL**
Bionda Censi Pereira / Luís Felipe do Nascimento Moraes
- 27 DIREITOS DA (N)ATUREZA**
Abraão Kleber Amaral / Luiz Gustavo Assad Rupp
- 28 O PARADOXO DA TOLERÂNCIA NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO: A (IN) CONSTITUCIONALIDADE DA ANISTIA E DO INDULTO EM FACE DE CRIMES CONTRA AS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS**
Eduardo Henrique Nunes / Leandro Gornicki Nunes
- 29 PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO E PROPÓSITO NEGOCIAL: ANÁLISE DA APLICAÇÃO DA TEORIA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO**
Ana Luíza Alves / Daniel de Oliveira
- 30 CONDUÇÃO COERCITIVA DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: REVITIMIZAÇÃO E PARADOXOS DO MACHISMO ESTRUTURAL**
Alda Policarpo Rosa / Leandro Gornicki Nunes
- 31 O DIREITO DAS PESSOAS TRANSGÊNERO AO ESPORTE**
João Pedro Grolli de Sousa / Denis Fernando Radun
- 32 TRATADOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS E SUA INFLUÊNCIA NO DIREITO MILITAR BRASILEIRO**
Beatriz Schumacher Barbosa / Cloves Fernandes Barbosa
- 33 A PROVA ILÍCITA E A TEORIA DOS FRUTOS DA ÁRVORE ENVENENADA NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO**
Alessandra A. Valendorf / Waldemar Moreno Junior
- 34 TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL E A EFICÁCIA NA CONSOLIDAÇÃO DA JUSTIÇA INTERNACIONAL**
Gabriela de Aguiar Sbalcheiro / Cloves Fernandes Barbosa
- 35 A EFETIVIDADE DA ARBITRAGEM COMO MEIO DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NO AMBIENTE EMPRESARIAL BRASILEIRO**
Suelen Aparecida Trentini / Cloves Fernandes Barbosa
- 36 NATUREZA FISCAL DO IOF: UMA ANÁLISE DO DECRETO 12.499/2025**
Pedro Henrique de Leão Betat / Daniel de Oliveira
- 37 TEORIA DA DECISÃO NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO: IMPACTOS NEGATIVOS DAS “VOZES DAS RUAS”**
Kamile Rafaéla Nazario / Leandro Gornicki Nunes
- 38 ANÁLISE DA INTERPRETAÇÃO DO ARTIGO 19 DO MARCO CIVIL DA INTERNET PELO STF E À INVASÃO DE COMPETÊNCIAS LEGISLATIVAS SOB A ÓTICA ORIGINALISTA**
Tiago Fachini / Acir Alves Coelho Júnior
- 39 DOIS PESOS, DUAS MEDIDAS: O LUGAR DOS DIREITOS HUMANOS NOS PROGRAMAS DE COMPLIANCE DAS EMPRESAS DE JOINVILLE/SC**
Eduarda Fachini / Denis Fernando Radun
- 40 EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**
Lidiane Barros Dumerqui / Renata Egert

- 41 A LEI N. 15.190/2025 E SEUS LIMITES CONSTITUCIONAIS: UMA ANÁLISE À LUZ DO PRINCÍPIO DA PROIBIÇÃO DE RETROCESSO AMBIENTAL**
Caroline de Almeida / Luiz Gustavo Assad Rupp
- 42 A LOCAÇÃO POR TEMPORADA VIA PLATAFORMAS DIGITAIS: CONFLITOS ENTRE DIREITO DE PROPRIEDADE E REGRAS CONDOMINIAIS**
Marcionilio da Silva Junior / Renata Egert
- 43 HERANÇA DIGITAL: DESAFIOS DO DIREITO SUCESSÓRIO BRASILEIRO**
Emily Loffi Wensing May / Denis Fernando Radun
- 44 O DIREITO DAS PESSOAS TRANSGÊNERO AO ESPORTE**
João Pedro Grolli de Sousa / Denis Fernando Radun
- 45 O PRINCÍPIO DO *NEMO TENETUR SE DETEGERE* E O DIREITO CONSTITUCIONAL DA NÃO AUTOINCRIMINAÇÃO NO DESCUMPRIMENTO DE ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL**
Alexandre Cristiano de Souza Klitzke / Waldemar Moreno Junior
- 46 A FRAGILIDADE CONCEITUAL DA ORDEM PÚBLICA COMO FUNDAMENTO PARA A PRISÃO PREVENTIVA: UMA ANÁLISE DA JURISPRUDÊNCIA DA 4.^a CÂMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA**
Sabrina Aparecida de Sousa / José Edilson Fontenelle Neto
- 47 O CASO THALER E AS IMPLICAÇÕES DA AUTORIA DE OBRAS PRODUZIDAS POR INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO DIREITO BRASILEIRO**
Pedro Henrique de Campos Brota Cardoso da Cunha / Patrícia de Oliveira Areas
- 48 INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL CASEIRA: E OS REFLEXOS DA AUSÊNCIA DE SUA REGULAMENTAÇÃO**
Brayan Vitório Cordeiro de Lima Machado / Denis Fernando Radun
- 49 A APLICAÇÃO DA LEI DO SUPERENDIVIDAMENTO (LEI Nº 14.181/2021) SOB A PERSPECTIVA DA PROTEÇÃO DO NÚCLEO FAMILIAR**
Jamily Aviz Abdalla / Daniel de Oliveira
- 50 MULHERES LÉSBICAS E BISSEXUAIS PRIVADAS DE LIBERDADE NO BRASIL: LIMITES ESTRUTURAIS DO SISTEMA PRISIONAL NA GARANTIA DE DIREITOS HUMANOS**
Edna Thayná Passos Peirão / Denis Fernando Radun
- 51 HERANÇA DIGITAL: OS LIMITES DA TRANSMISSÃO DOS BENS DIGITAIS E A PROTEÇÃO DA INTIMIDADE DO DE CUJUS**
Vandirlei Lourenço da Silva / Denis Fernando Radun
- 52 A LAICIDADE DO ESTADO E OS SÍMBOLOS RELIGIOSOS EM ESPAÇOS PÚBLICOS: ANÁLISE DO TEMA 1.086 DO STF**
Gabriela da Silva Mendonça / Luiz Gustavo Assad Rupp
- 53 ENTREVISTA COGNITIVA COMO INSTRUMENTO DE APRIMORAMENTO DA PROVA TESTEMUNHAL NO PROCESSO PENAL**
André Felipe Baumer / José Edilson da Cunha Fontenelle Neto
- 54 A VERDADEIRA FUNÇÃO DA PROVA NO PROCESSO PENAL E A (IM) POSSIBILIDADE DE DISTRIBUIÇÃO DA CARGA PROBATÓRIA NO DELITO DE RECEPÇÃO**
Isadora Nunes Rodrigues / Waldemar Moreno Junior

- 55 AS MUDANÇAS POSITIVAS E NEGATIVAS NO ASPECTO JURÍDICO DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES**
Jandira Janinéia Gimenez Bonifacio / Luiz Carlos Gubbert
- 56 NOVA NR-1 E O GERENCIAMENTO DE RISCOS PSICOSSOCIAIS: IMPACTOS NOS DEVERES EMPRESARIAIS E RISCOS JURÍDICOS**
Schayane Julio Wessling / Luis Felipe do Nascimento Moraes
- 57 A PROVA ILÍCITA E A TEORIA DOS FRUTOS DA ÁRVORE ENVENENADA NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO**
Alessandra A. Valendorf / Waldemar Moreno Junior
- 58 RESPONSABILIZAÇÃO JURÍDICA DOS CLUBES DE FUTEBOL PELA VIOLÊNCIA PROTAGONIZADA POR SUAS TORCIDAS ORGANIZADAS**
Lucas Rafael Nossol / Cláudio Melquiades Medeiros
- 59 O IMPACTO DO JUIZ DAS GARANTIAS NO PROCESSO PENAL E NA GARANTIA DE DIREITOS DO INVESTIGADO NA FASE PERSECUTÓRIA**
Guilherme Ebertz da Silva / José Edilson da Cunha Fontenelle Neto
- 60 PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO E PROPÓSITO NEGOCIAL: ANÁLISE DA APLICAÇÃO DA TEORIA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO**
Ana Luíza Alves / Daniel de Oliveira
- 61 TRATADOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS E SUA INFLUÊNCIA NO DIREITO MILITAR BRASILEIRO**
Beatriz Schumacher Barbosa / Cloves Fernandes Barbosa
- 62 UMA ANÁLISE DA EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE PELO PAGAMENTO NOS CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA**
Leonardo Freitas Wetzel / José Edilson da Cunha Fontenelle Neto
- 63 A FRAGMENTAÇÃO DA CADEIA PRODUTIVA COMO BLIDAGEM JURÍDICA NA INDÚSTRIA TÊXTIL**
Bionda Censi Pereira / Luis Felipe do Nascimento Moraes
- 64 CRIPTOATIVOS E DEFI: DESVIO DE FINALIDADE PARA A LAVAGEM DE DINHEIRO E OCULTAÇÃO DE BENS**
Matheus Pettersen / Waldemar Moreno Júnior
- 65 A (IN)COMPATIBILIDADE DO IN DÚBIO PRO SOCIETATE NA SENTENÇA DE PRONÚNCIA**
Lavinia Maria Moraes dos Santos / José Edilson Fontenelle Neto
- 66 A GUARDA COMPARTILHADA E A PROTEÇÃO DA CRIANÇA: UMA ANÁLISE DOS INSTRUMENTOS JURÍDICOS À LUZ DO PRINCÍPIO DO MELHOR INTERESSE**
Gabriela Gelbcke Beltrão / Denis Fernando Radun
- 67 O PRINCÍPIO DA PROIBIÇÃO DO RETROCESSO E AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS**
Alice Maria Carvalho Barros / Luiz Gustavo Assad Rupp
- 68 A IMPORTÂNCIA DA DUE DILIGENCE NOS PROCESSOS DE FUSÕES E AQUISIÇÕES (M&A)**
Ana Paula Leite Gomes Farias / Waldemar Moreno Junior
- 69 USUCAPIÃO FAMILIAR NO BRASIL: ANÁLISE CRÍTICA DA APLICAÇÃO JURISPRUDENCIAL E SEUS DESAFIOS SOCIAIS E JURÍDICOS**
Braz Severino / Claudio Melquiades Medeiros

- 70 OS MOTIVOS DO AUMENTO DA JUDICIALIZAÇÃO DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (BPC/LOAS) PARA PESSOAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) DIANTE DAS NEGATIVAS PELA VIA ADMINISTRATIVA**
Bruna Eduarda Fonseca / Carlos Alberto Hartwig
- 71 A PEJOTIZAÇÃO NAS RELAÇÕES DE TRABALHO: UMA ANÁLISE À LUZ DO PRINCÍPIO DA PRIMAZIA DA REALIDADE**
Carlos Eduardo Freitas do Rosário / Renata Egert
- 72 A (IM)POSSIBILIDADE DA RELATIVIZAÇÃO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA ANTE A SOBERANIA DOS VEREDICTOS: ANÁLISE DO TEMA 1068 DO STF**
Gabriel Batistella de Espindola / Denis Fernando Radun
- 73 RECONHECIMENTO FACIAL NA SEGURANÇA PÚBLICA SOB A PERSPECTIVA DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS**
Gabriel Schons da Silva / Waldemar Moreno Junior
- 74 A (IN)CONSTITUCIONALIDADE DA AUSÊNCIA DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO NO TRABALHO AVULSO NO SETOR PORTUÁRIO: UMA AVALIAÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL**
Gabrielli Schneiker / Cloves Fernandes Barbosa
- 75 A UTILIZAÇÃO DA IA NA TRIAGEM PROCESSUAL E A SUA COMPATIBILIDADE COM OS PRINCÍPIOS DO DEVIDO PROCESSO LEGAL E AMPLA DEFESA**
Henri Pedroso / Renata Egert
- 76 A DISCIPLINA JURÍDICA DA PARCELA DOS ROYALTIES DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL DESTINADOS AOS MUNICÍPIOS**
Joquebede Campos Marinho / João Fábio Silva da Fontoura
- 77 PEJOTIZAÇÃO À LUZ DOS PRINCÍPIOS DA PROTEÇÃO E PRIMAZIA DA REALIDADE NO DIREITO DO TRABALHO: UMA ANÁLISE SOBRE OS IMPACTOS JURÍDICOS E ECONÔMICOS**
Karoline Moraes Damasceno / Cloves Fernandes Barbosa
- 78 AS PLATAFORMAS DIGITAIS E AS NOVAS RELAÇÕES DE TRABALHO: IMPLICAÇÕES, REGULAÇÃO, OPORTUNIDADE E DESAFIOS**
Kinberli Daiane Gelzleuchter / Cloves Fernandes Barbosa
- 79 TEMA Nº 1.113/STJ E A BASE DE CÁLCULO DO ITBI: EXAME DA REPERCUSSÃO ADMINISTRATIVA À LUZ DA JURISPRUDÊNCIA DO TJSC**
Letícia Cristina da Conceição / Daniel de Oliveira
- 80 TOKENIZAÇÃO DE ATIVOS: UMA ANÁLISE JURÍDICA DA CONFIANÇA AUTOMATIZADA NA ERA DA DESCENTRALIZAÇÃO**
Luan Alberto Santa Brígida Alvares / Rafael Mendonça
- 81 FASHION LAW NO BRASIL: LIMITAÇÕES DA PROTEÇÃO MARCÁRIA NA MODA DE LUXO À LUZ DO CASO LOUBOUTIN X INPI**
Luana Bernardo Galvão / Patrícia de Oliveira Areas
- 82 A POLÊMICA DA LEGÍTIMA DEFESA DA PROPRIEDADE NO DIREITO PENAL BRASILEIRO: LIMITES ENTRE A TUTELA DO PATRIMÔNIO E O DIREITO À VIDA**
Luiz Carlos Luciano / Waldemar Moreno Junior
- 83 A CONSTITUCIONALIDADE DO ARTIGO 46 DA LEI Nº 9.099/95 E A PROBLEMÁTICA DA FUNDAMENTAÇÃO PER RELATIONEM**
Natali da Silva / Nestor Castilho Gomes

- 84** **IMUNIDADE MATERIAL PARLAMENTAR À LUZ DO CASO DANIEL SILVEIRA**
Quemuel Dias de Moraes / João da Fontoura
- 85** **A CONVERGÊNCIA BRASILEIRA AOS PADRÕES DA OCDE EM PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA: REPERCUSSÕES NO CAMPO FISCAL, CONSIDERANDO A POLÍTICA FISCAL INTERNACIONAL BRASILEIRA**
Raquel Valentini / Cloves Fernandes Barbosa
- 86** **A PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE NO PROCESSO EXECUTIVO FISCAL: ANÁLISE DO TERMO INICIAL, CAUSAS DE INTERRUPTÃO E ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA SEGUNDO O STJ**
Rudinei Reffatti / Daniel de Oliveira
- 87** **INAPLICABILIDADE DA LEI DE ANISTIA AOS CRIMES DE OCULTAÇÃO DE CADÁVER INICIADOS DURANTE A DITADURA MILITAR**
Tiago dos Santos Caetano / Leandro Gornicki Nunes
- 88** **FONTES DO DIREITO INTERNACIONAL NO PROTOCOLO PARA JULGAMENTO COM PERSPECTIVA DE GÊNERO**
Victória Maria Campos de Oliveira / Cloves Fernandes Barbosa
- 89** **A PREVALÊNCIA DO NEGOCIADO SOBRE O LEGISLADO NA REFORMA TRABALHISTA E SEUS LIMITES CONSTITUCIONAIS**
Aline Santos da Silva / Cloves Fernandes Barbosa
- 90** **A EFETIVAÇÃO DA REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS NO DIREITO DO TRABALHO: ENTRE A DIGNIDADE HUMANA E A LIMITAÇÃO LEGAL**
Ana Néri Meirelles da Silva / Cloves Fernandes Barbosa
- 91** **A TERCEIRIZAÇÃO APÓS A LEI Nº 13.429/2017 E A REFORMA TRABALHISTA: FLEXIBILIZAÇÃO OU PRECARIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO?**
Ana Paula da Silva / Cloves Fernandes Barbosa
- 92** **ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO PROTETIVA FEMININA E A MITIGAÇÃO DE SEUS EFEITOS SOB A ÓTICA DOS FENÔMENOS DA VITIMIZAÇÃO E DA SUBNOTIFICAÇÃO**
Gabriel Rosá Davini Gehring / Frederico Wellington Jorge
- 93** **O DIREITO DE MORRER COM DIGNIDADE: A EUTANÁSIA E O SUICÍDIO ASSISTIDO À LUZ DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS**
Gabriele Alves de Oliveira / Denis Fernandes Radun
- 94** **APLICAÇÃO DA BUSINESS JUDGMENT RULE NO DIREITO BRASILEIRO**
Gustavo Burato / Renata Egert
- 95** **A PRESERVAÇÃO DA CADEIA DE CUSTÓDIA DE PROVAS DIGITAIS NO PROCESSO PENAL**
Lais Amorim / Waldemar Moreno Júnior
- 96** **A ARBITRAGEM TRIBUTÁRIA NO BRASIL: OBSTÁCULOS E PERSPECTIVAS À LUZ DA EXPERIÊNCIA PORTUGUESA**
Luís Gustavo Brodbeck Werner / Daniel Oliveira
- 97** **A (IM)POSSIBILIDADE DA REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO PARA MÃES ATÍPICAS CELETISTAS**
Maiara Cristina Ronchi / Janaina Silveira Soares Madeira
- 98** **A REGULAMENTAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO DOS MOTORISTAS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS E DE CARGAS**
Paulo Antonio Pereira Rodrigues Bezerra / Janaina Silveira Soares Madeira

**99 A IMPLEMENTAÇÃO DE PRÁTICAS DE COMPLIANCE MÉDICO COMO
MECANISMO DE MITIGAÇÃO DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO PROFISSIONAL DA
SAÚDE**

Pietra Mariotti / Cloves Fernandes Barbosa

**100 QUEBRA DE SIGILO BANCÁRIO E FISCAL NA INVESTIGAÇÃO DE LAVAGEM DE
DINHEIRO: LIMITES CONSTITUCIONAIS**

Rafael de Liz Pereira / Waldemar Moreno Junior

**101 O PRINCÍPIO DA EFETIVIDADE JURISDICIONAL NA EXECUÇÃO CIVIL NA ERA
DA AUTOMAÇÃO**

Samuel dos Santos Silva / Rafael Mendonça



INVENTÁRIO EXTRAJUDICIAL: AS INOVAÇÕES PROPOSTAS PELA RESOLUÇÃO N.º 571/2024 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA À LUZ DOS PRINCÍPIOS DA EFICIÊNCIA E DA SEGURANÇA JURÍDICA

Alana Kethillin Terto
Denis Fernando Radun

Resumo

O presente estudo tem por tema a análise da recente Resolução n.º 571, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), publicada em 26 de agosto de 2024, visando a relevância da normativa e sua atualidade no âmbito do direito sucessório e notarial com atualizações que refletem na busca pela desjudicialização, procedimento que visa a celeridade e eficiência em processos historicamente marcados pela intervenção do Estado, exigindo estudo aprofundado sobre seus requisitos, limites e eventuais riscos para compreender a viabilidade de sua aplicação e os impactos nos serviços notariais à luz dos princípios da eficiência e da segurança jurídica. Como objetivos específicos, busca-se analisar o contexto histórico e legal do inventário extrajudicial, abordando conceitos do direito sucessório brasileiro e o trajeto de desjudicialização, bem como as inovações promovidas pela normativa, com ênfase na possibilidade de alienação de bens do espólio sem alvará judicial e na flexibilização da lavratura com herdeiros menores ou incapazes; verificar o papel das serventias extrajudiciais, dos tabeliães e dos órgãos fiscalizadores e examinar a normativa sob a ótica dos princípios norteadores, identificando os benefícios e riscos. A pesquisa possui natureza qualitativa, com análise jurídico-normativa e doutrinária, utilizando técnica bibliográfica e método dedutivo. Contudo, observa-se que, embora as inovações atendam aos parâmetros do princípio da eficiência, visando a celeridade, a conformidade com o princípio da segurança jurídica carece de detalhamento normativo para garantir que a desjudicialização não resulte em inseguranças ou nulidades, mas de normativas claras, objetivas e estáveis para garantir a segurança dos atos sucessórios.

Palavras-chave: Inventário Extrajudicial, Segurança Jurídica, Eficiência.



AUTONOMIA DA PACIENTE E OBJEÇÃO DE CONSCIÊNCIA MÉDICA: A COLISÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS NOS CASOS DE ABORTO LEGAL

Júlia Ribeiro Marques
Denis Fernando Radun

Resumo

O presente estudo versa sobre a ética médica nos casos de aborto legal no Brasil, com ênfase na análise da objeção de consciência médica. O tema é importante em razão de envolver questões éticas, jurídicas e sociais que impactam diretamente a atuação profissional do médico e o direito da paciente ao acesso ao procedimento legalmente previsto. A pesquisa busca contextualizar o aborto legal e os direitos das mulheres no Brasil, analisar o Código de Ética Médica e as resoluções do Conselho Federal de Medicina pertinentes ao tema, bem como discutir os limites da objeção de consciência médica diante dos direitos da paciente e das obrigações profissionais. A metodologia adotada é do tipo bibliográfica e o método de abordagem é dedutivo. A expectativa deste artigo é contribuir para o aprofundamento do debate acerca da atuação médica nos casos de aborto legal, conciliando princípios éticos e jurídicos e sugerindo parâmetros que promovam segurança jurídica e ética tanto para os profissionais da saúde quanto para as pacientes gestantes.

Palavras-chave: Ética médica, aborto legal, objeção de consciência, bioética.



ENTREVISTA COGNITIVA COMO INSTRUMENTO DE APRIMORAMENTO DA PROVA TESTEMUNHAL NO PROCESSO PENAL

André Felipe Baumer
José Edilson da Cunha Fontenelle Neto

Resumo

O presente estudo trata da entrevista cognitiva como instrumento de aprimoramento da prova testemunhal no processo penal. O tema é relevante porque a entrevista cognitiva tem a capacidade de reduzir a incidência de falsas memórias no testemunho ocular, fenômeno que pode comprometer a fidedignidade da prova e contribuir para erros judiciais. A partir da questão de saber se a entrevista cognitiva pode minimizar os efeitos das falsas memórias no testemunho ocular, o trabalho tem por objetivos específicos estudar como as falsas memórias impactam a prova testemunhal, verificar os procedimentos da entrevista cognitiva e observar a possibilidade de implementação dessa técnica no sistema processual brasileiro. A metodologia é do tipo bibliográfica e o método, dedutivo. Verificou-se que a entrevista cognitiva é capaz de reduzir a contaminação do relato testemunhal, embora sua eficácia esteja condicionada à qualificação do entrevistador e às condições de aplicação do procedimento.

Palavras-chave: prova testemunhal, falsas memórias, entrevista cognitiva.



A LEI N. 15.190/2025 E SEUS LIMITES CONSTITUCIONAIS: UMA ANÁLISE À LUZ DO PRINCÍPIO DA PROIBIÇÃO DE RETROCESSO AMBIENTAL

Caroline de Almeida
Luiz Gustavo Assad Rupp

Resumo

O presente estudo analisa a Lei n. 15.190/2025 e seus limites constitucionais à luz do princípio da proibição de retrocesso ambiental. A questão que orientou a pesquisa consistiu em verificar se as alterações promovidas pela referida lei, especialmente a mitigação dos mecanismos de controle estatal e a restrição da participação de povos indígenas e quilombolas no licenciamento ambiental, configuram violação ao princípio da proibição de retrocesso ambiental e aos limites constitucionais impostos à tutela ecológica. O objetivo geral foi examinar a conformidade da Lei n. 15.190/2025 com o ordenamento constitucional brasileiro, tendo como referenciais o art. 225 da Constituição Federal de 1988 e o princípio da proibição de retrocesso ambiental. Para tanto, os objetivos específicos abrangeram a contextualização do meio ambiente como direito fundamental, a análise do princípio da proibição de retrocesso e do licenciamento ambiental como instrumento de tutela preventiva e o exame dos limites constitucionais da lei quanto à mitigação do controle estatal e à proteção de povos indígenas e quilombolas. A metodologia consistiu em pesquisa qualitativa, bibliográfica e documental, com análise de doutrina, legislação e jurisprudência, pelo método dedutivo. Os resultados demonstraram que a Lei n. 15.190/2025, ao instituir mecanismos de licenciamento simplificado sem instrumentos compensatórios equivalentes e ao restringir a participação institucional de povos indígenas e quilombolas a territórios formalmente demarcados ou titulados, reduziu o nível de proteção anteriormente consolidado, contrariando a jurisprudência do STF, a Convenção n. 169 da OIT e o dever constitucional de preservação ambiental para as presentes e futuras gerações.

Palavras-chave: Direito ambiental, princípio da proibição de retrocesso ambiental e flexibilização do licenciamento ambiental.



INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL CASEIRA: E OS REFLEXOS DA AUSÊNCIA DE SUA REGULAMENTAÇÃO

Brayan Vitório Cordeiro de Lima Machado
Denis Fernando Radun

Resumo

O presente artigo analisa os impactos jurídicos da ausência de regulamentação da inseminação artificial caseira no Brasil, com foco no registro civil e nos direitos sucessórios da prole. Examina-se o conflito entre o Provimento nº 149/2023 do CNJ, que exige declaração de clínica especializada para o registro administrativo, e os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, da igualdade entre os filhos e do livre planejamento familiar. Por meio de pesquisa bibliográfica, documental e jurisprudencial, demonstra-se que essa lacuna normativa compromete o direito de saisine e expõe as crianças concebidas por essa via a uma situação de vulnerabilidade patrimonial. Analisam-se as decisões do Superior Tribunal de Justiça (REsp 2.155.151/SP, rel. Min. Nancy Andrighi, 2024) e do Tribunal de Justiça do Paraná (proc. nº 0001266-53.2024.8.16.0036, rel. Des. Eduardo Cambi), escolhidas por representarem os precedentes mais recentes e de maior impacto sobre o tema, a decisão do STJ por firmar a presunção de maternidade socioafetiva em contexto de inseminação caseira homoafetiva, e a decisão do TJPR por aplicar a teoria da causa madura ao reconhecimento da dupla maternidade sem regulamentação específica. Avalia-se, ainda, o Projeto de Reforma do Código Civil (PL 04/2025), concluindo-se que a solução exige três argumentos complementares: a revisão do Provimento nº 149/2023 pelo CNJ; a previsão expressa de registro simplificado no novo Código Civil; e a uniformização jurisprudencial com eficácia retroativa ao nascimento, garantindo que o método de concepção não se torne um critério de exclusão sucessória.

Palavras-chave: Inseminação caseira; insegurança jurídica; direito sucessório; proteção integral da criança



O IMPACTO DO JUIZ DAS GARANTIAS NO PROCESSO PENAL E NA GARANTIA DE DIREITOS DO INVESTIGADO NA FASE PERSECUTÓRIA

Guilherme Ebertz da Silva
José Edilson da Cunha Fontenelle Neto

Resumo

O presente estudo trata sobre os impactos da implementação no processo penal brasileiro da figura do juiz das garantias, instituído pelo Pacote Anti-Crime (2019). A relevância do tema está no fato de que o novo regramento traz consigo alteração no *modus operandi* das investigações criminais, concessão de medidas cautelares e oferecimento de denúncia ou queixa. Os objetivos específicos são os de conceituar o juiz das garantias; identificar a sua fundamentação legal e a constitucionalidade da norma que o instituiu, com especial análise das ADIs 6.298, 6.299, 6.300 e 6.305; e analisar as aplicações no sistema processual penal e seus reflexos. A metodologia é do tipo bibliográfica e o método é dedutivo. A expectativa deste artigo é colaborar com o entendimento do instituto do juiz das garantias, entender como será a sua implementação no Brasil e os impactos que isso gera no sistema processual.

Palavras-chave: Juiz das Garantias; direitos do investigado; fase persecutória.



MULHERES LÉSBICAS E BISSEXUAIS PRIVADAS DE LIBERDADE NO BRASIL: LIMITES ESTRUTURAIS DO SISTEMA PRISIONAL NA GARANTIA DE DIREITOS HUMANOS

Edna Thayná Passos Peirão
Denis Fernando Radun

Resumo

Este estudo visa tratar das deficiências estruturais do sistema carcerário brasileiro e da forma como essas fragilidades impactam a proteção da dignidade das mulheres lésbicas e bissexuais privadas de liberdade. A importância do tema está pautada na vulnerabilidade ampliada dessa população, decorrente não apenas da privação de liberdade, mas também das discriminações relacionadas à orientação sexual no ambiente prisional e da escassez de literatura específica sobre o tema. O objetivo geral consiste em analisar em que medida a estrutura do sistema prisional brasileiro protege a dignidade da mulher lésbica e bissexual privada de liberdade. Como objetivos específicos, busca-se apresentar a estrutura do sistema prisional brasileiro a partir dos regimes de cumprimento da pena e de sua função; conceituar mulheres lésbicas e bissexuais; e discutir a proteção da dignidade da mulher lésbica e bissexual privada de liberdade no sistema prisional brasileiro. Além disso, o trabalho analisa a adoção — ou não — de medidas específicas de proteção, criadas por normas e tratados nacionais e internacionais, como a criação de alas e celas destinadas à população LGBT+, realizando, neste caso, um recorte voltado às mulheres lésbicas e bissexuais. A pesquisa adota abordagem qualitativa, com método dedutivo e utilização de pesquisa bibliográfica e documental, a partir da análise de legislações, resoluções institucionais e produções acadêmicas. Os resultados obtidos demonstram que a ausência de implementação efetiva das políticas de proteção, aliada à crise estrutural do sistema prisional, perpetua situações de vulnerabilidade e compromete as garantias jurídicas e a dignidade dessa minoria.

Palavras-chave: sistema prisional brasileiro, mulheres LGBT+, direitos humanos.



HERANÇA DIGITAL: DESAFIOS DO DIREITO SUCESSÓRIO BRASILEIRO

Emily Loffi Wensing May
Denis Fernando Radun

Resumo

O presente artigo tem como objeto de estudo a herança digital, temática cada vez mais relevante diante da intensificação do uso de tecnologias digitais no cotidiano da sociedade contemporânea. Atualmente, grande parte das interações sociais, relações econômicas, registros pessoais e profissionais ocorre em ambientes virtuais, como redes sociais, plataformas digitais, contas de e-mail e serviços de armazenamento em nuvem. Nesse cenário, surge a necessidade de discutir o destino desses bens após a morte de seu titular, bem como os limites jurídicos relacionados ao acesso, à administração e à transmissão desses conteúdos. No ordenamento jurídico brasileiro, observa-se a inexistência de legislação específica que regule a herança digital, o que gera lacunas normativas e insegurança jurídica. O Código Civil não aborda diretamente os bens digitais, permitindo diferentes interpretações doutrinárias e jurisprudenciais. Além disso, a ausência de regramento claro intensifica conflitos entre o direito sucessório, os direitos fundamentais e os direitos da personalidade, especialmente quanto à proteção da intimidade, honra e imagem do falecido. O estudo objetiva contextualizar o uso das redes digitais, identificar o regime sucessório aplicável e analisar os mecanismos de proteção dos direitos da personalidade. A metodologia adotada é bibliográfica, com base em doutrina, legislação e produções acadêmicas. Os resultados demonstram que a herança digital é fenômeno consolidado, exigindo distinção entre bens patrimoniais e existenciais, além da necessidade de um marco normativo que harmonize direitos sucessórios e proteção da dignidade humana.

Palavras-chave: Herança digital, Direito Sucessório, Direitos da Personalidade.



A GUARDA COMPARTILHADA E A PROTEÇÃO DA CRIANÇA: UMA ANÁLISE DOS INSTRUMENTOS JURÍDICOS À LUZ DO PRINCÍPIO DO MELHOR INTERESSE

Gabriela Gelbcke Beltrão
Denis Fernando Radun

Resumo A presente pesquisa analisa a guarda compartilhada como mecanismo de promoção da proteção integral da criança, à luz do princípio do melhor interesse, no ordenamento jurídico brasileiro. A partir de uma abordagem bibliográfica, qualitativa e descritiva, o trabalho examina a historicidade da guarda compartilhada no Brasil e os fundamentos constitucionais e doutrinários que sustentam sua consolidação como regra geral pela Lei nº 13.058/2014 (Brasil, 2014). Analisa, ainda, o princípio do melhor interesse da criança em suas origens históricas e sua incorporação ao direito brasileiro, com ênfase na doutrina da proteção integral consagrada pela Constituição Federal de 1988 (Brasil, Constituição Federal 1988) e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990). O estudo demonstra que a guarda compartilhada constitui o modelo que mais fielmente concretiza esse princípio, ao preservar os vínculos parentais e assegurar o exercício conjunto do poder familiar. Conclui-se que sua efetividade depende de uma atuação interdisciplinar e integrada entre o Judiciário, o Ministério Público, profissionais da psicologia e do serviço social e, sobretudo, dos próprios genitores, atores centrais e insubstituíveis na construção de uma infância protegida, saudável e digna.

Palavras-chave: guarda compartilhada, melhor interesse da criança, instrumentos jurídicos.



O PRINCÍPIO DO NEMO TENETUR SE DETEGERE E O DIREITO CONSTITUCIONAL DA NÃO AUTOINCRIMINAÇÃO NO DESCUMPRIMENTO DE ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL

Alexandre Cristiano de Souza Klitzke
Waldemar Moreno Junior

Resumo O acordo de não persecução penal (ANPP), introduzido no ordenamento jurídico brasileiro pela Lei nº 13.964/2019, representa relevante instrumento da política criminal contemporânea, ao incorporar mecanismos de consensualidade e racionalização da atuação persecutória estatal. Inserido no contexto de justiça penal negociada, o ANPP busca conferir maior eficiência ao sistema penal, reduzindo a judicialização excessiva e priorizando soluções adequadas para infrações penais de menor gravidade, aproximando-se de modelos adotados em sistemas estrangeiros. No âmbito desse acordo, a exigência de confissão formal e circunstanciada pelo investigado assume papel central para sua celebração, suscitando debates acerca de sua natureza jurídica e de sua valoração probatória. A confissão, embora não se confunda com meio de prova típico, é tomada como condição de procedibilidade do ajuste, o que impõe reflexão crítica sobre seus efeitos, especialmente diante da ausência de contraditório pleno e da sua produção em fase pré-processual. A controvérsia se intensifica quando ocorre o descumprimento do ANPP, momento em que se discute a legitimidade da utilização da confissão extrajudicial no processo penal subsequente. Tal possibilidade coloca em tensão a lógica consensual do acordo com o princípio constitucional da não autoincriminação (nemo tenetur se detegere), exigindo cautela quanto à admissibilidade e aos limites de uso dessas declarações em desfavor do investigado. Com base em pesquisa bibliográfica e método dedutivo, os resultados do estudo indicam que, embora o descumprimento do ANPP autorize a retomada da persecução penal, não legitima a utilização automática da confissão prestada no contexto negocial como elemento probatório contra o investigado, sob pena de violação das garantias constitucionais da não autoincriminação, da voluntariedade e do devido processo legal. Conclui-se que a preservação da validade constitucional do ANPP depende do reconhecimento de que a confissão nele prestada possui finalidade estritamente instrumental e negocial, não podendo ser convertida em prova incriminadora em caso de rompimento do acordo, devendo prevalecer a proteção dos direitos fundamentais como condição de legitimidade da justiça penal consensual 1 Estudante do nono semestre do Curso de Direito da Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE). 2 Professor Cordenador do Curso de Direito UNIVILLE 2

Palavras-chave: Acordo de não persecução penal, autoincriminação, inconstitucionalidade.



A APLICAÇÃO DA LEI DO SUPERENDIVIDAMENTO (LEI Nº 14.181/2021) SOB A PERSPECTIVA DA PROTEÇÃO DO NÚCLEO FAMILIAR

Jamily Aviz Abdalla
Daniel de Oliveira

Resumo

O superendividamento tem se consolidado como relevante problema social e jurídico no Brasil, especialmente diante do crescimento do número de consumidores que enfrentam dificuldades para cumprir suas obrigações financeiras sem comprometer o mínimo existencial. Nesse contexto, a Lei nº 14.181/2021, conhecida como Lei do Superendividamento, foi incorporada ao ordenamento jurídico brasileiro com o objetivo de prevenir o endividamento excessivo e estabelecer mecanismos para o tratamento das dívidas de consumidores em situação de vulnerabilidade. O presente estudo tem como objetivo analisar a aplicação dessa legislação à realidade das famílias consumidoras, considerando que o impacto das dívidas ultrapassa a esfera individual e afeta diretamente o equilíbrio econômico e social do núcleo familiar. Especificamente, pretende-se contextualizar o fenômeno do superendividamento e o surgimento da Lei nº 14.181/2021 no sistema jurídico brasileiro, examinar a atuação do Poder Judiciário na aplicação da norma e verificar em que medida as decisões judiciais reconhecem a família como unidade econômica e social afetada pelo endividamento. A pesquisa adota abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica, com método dedutivo, fundamentando-se na análise de doutrina especializada, legislação pertinente, jurisprudência e dados estatísticos sobre a inadimplência no país. Pretende-se, ao final, contribuir para o debate acerca da efetividade da Lei do Superendividamento, propondo uma interpretação que considere a proteção do núcleo familiar e esteja alinhada aos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e da proteção da família.

Palavras-chave: Superendividamento; Consumidor; Núcleo familiar; Mínimo Existencial; Lei nº 14.181/2021.



A VERDADEIRA FUNÇÃO DA PROVA NO PROCESSO PENAL E A (IM)POSSIBILIDADE DE DISTRIBUIÇÃO DA CARGA PROBATÓRIA NO DELITO DE RECEPÇÃO

Isadora Nunes Rodrigues
Waldemar Moreno Junior

Resumo Este estudo trata da Verdadeira Função da Prova no Processo Penal e a (im)possibilidade de distribuição da carga probatória no delito de receptação. A relevância do tema está relacionada com a garantia de direitos e princípios fundamentais que visam promover uma decisão justa no devido processo legal. Além disso, possui grande impacto aos profissionais do direito, visto que a fase probatória é uma etapa decisiva, portanto, é essencial a compreensão do papel da prova e seus limites legais e constitucionais. Dentre os objetivos específicos estão analisar os aspectos gerais do processo penal, discutir sobre os limites legais da fase probatória e, por fim, discorrer sobre a possível inversão do ônus da prova no crime de receptação. A metodologia a ser utilizada é do tipo bibliográfica e documental, sendo adotado o método dedutivo. Por fim, a expectativa deste artigo é contribuir para que as decisões judiciais na esfera penal estejam em conformidade com os princípios do processo penal e demais dispositivos legais em vigência.

Palavras-chave: Processo penal, ônus da prova, receptação.



A LAICIDADE DO ESTADO E OS SÍMBOLOS RELIGIOSOS EM ESPAÇOS PÚBLICOS: ANÁLISE DO TEMA 1.086 DO STF

Gabriela da Silva Mendonça
Luiz Gustavo Assad Rupp

Resumo

O presente estudo trata da análise do tema de repercussão geral 1.086 do Supremo Tribunal Federal, o qual decidiu que a presença de símbolos religiosos, como imagens e crucifixos, em prédios e órgãos públicos não fere o princípio da neutralidade estatal em relação às religiões, a laicidade, nem a liberdade de crença das pessoas. O estudo sobre o tema possui uma importância acadêmica, ao analisar a recente decisão do STF, e agrega conhecimento aos estudantes do curso de Direito, auxiliando na compreensão do princípio do Estado laico e na análise de sua efetividade. Os objetivos específicos são: Contextualizar os princípios da laicidade estatal e da liberdade religiosa; Discorrer sobre a presença de símbolos religiosos em órgãos públicos; e Discutir sobre o tema de repercussão geral 1.086 e o entendimento do Supremo Tribunal sobre a presença de símbolos religiosos em prédios e órgãos públicos. A metodologia deste artigo é do tipo bibliográfica e o método é dedutivo. A expectativa deste artigo é contribuir academicamente ao analisar a recente decisão do STF e os princípios constitucionais presentes no dispositivo. Como resultado deste artigo, conclui-se que o STF usou como base, para fixar sua tese de repercussão geral, a análise sócio-histórica do país, sua relação com a religião cristã, além da análise dos princípios da laicidade, da liberdade religiosa e do conceito de acomodação.

Palavras-chave: Laicidade, Símbolos Religiosos, Espaços públicos.



A FRAGMENTAÇÃO DA CADEIA PRODUTIVA COMO BLIDAGEM JURÍDICA NA INDÚSTRIA TÊXTIL

Bionda Censi Pereira
Luís Felipe do Nascimento Moraes

Resumo

O presente estudo trata da fragmentação da cadeia produtiva na indústria têxtil e de seus reflexos sobre a responsabilização jurídica das empresas inseridas nesse modelo produtivo. O tema é relevante em razão da importância econômica do setor têxtil em Santa Catarina e da crescente utilização de mecanismos de terceirização, subcontratação e descentralização da produção, que podem contribuir para a precarização das relações de trabalho e dificultar a responsabilização dos beneficiários finais da atividade econômica. Os objetivos específicos são contextualizar a formação da indústria têxtil catarinense e o processo de reestruturação produtiva ocorrido a partir da abertura econômica dos anos 1990; identificar e caracterizar a organização da cadeia produtiva do setor, com destaque para as facções, a quarteirização e a evolução jurídica da terceirização; e discutir os limites da responsabilização jurídica nas cadeias produtivas fragmentadas, a partir da análise de dados estatísticos e de decisões judiciais relacionadas à jornada exaustiva, dano existencial e trabalho análogo à escravidão. A metodologia é do tipo bibliográfica e jurisprudencial. O método utilizado é o dedutivo. A expectativa deste artigo é contribuir para a discussão jurídica acerca dos limites da proteção trabalhista em cadeias produtivas descentralizadas e fornecer subsídios teóricos para a compreensão dos mecanismos de responsabilização das empresas que se beneficiam da produção fragmentada.

Palavras-chave: cadeia produtiva, terceirização, descentralização.



DIREITOS DA (N)ATUREZA

Abraão Kleber Amaral
Luiz Gustavo Assad Rupp

Resumo

O presente estudo analisa os Direitos da Natureza como paradigma capaz de reorientar o constitucionalismo ambiental brasileiro, superando os limites do antropocentrismo mitigado. O problema central reside na insuficiência da tutela tradicional, estruturada na utilidade humana, para enfrentar a degradação sistêmica contemporânea. Os objetivos específicos são: examinar os limites do modelo antropocêntrico no Brasil; analisar os Direitos da Natureza como proposta de reorientação ética e subjetividade jurídica; e avaliar a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) dos Direitos da Natureza em suas possibilidades e tensões constitucionais. A metodologia é de natureza bibliográfica e documental, com método dedutivo. O estudo conclui que, apesar das tensões dogmáticas e da resistência utilitarista do Judiciário, a PEC dos Direitos da Natureza representa o esforço normativo mais concreto para a transição a um constitucionalismo ecológico no Brasil.

Palavras-chave: Direitos da Natureza, Constitucionalismo Ambiental, Antropocentrismo.



O PARADOXO DA TOLERÂNCIA NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO: A (IN)CONSTITUCIONALIDADE DA ANISTIA E DO INDULTO EM FACE DE CRIMES CONTRA AS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS

Eduardo Henrique Nunes
Leandro Gornicki Nunes

Resumo

O presente estudo trata da (in)constitucionalidade da anistia e do indulto em face de crimes contra as instituições democráticas, incluídos pela Lei nº 14.197/2021, no Brasil. O tema é relevante em razão da necessidade de conservação do Estado Democrático de Direito em meio às diversas tentativas de sua abolição, perpetradas por setores da política partidária, das instituições do próprio Estado, e, ainda, de parcela da sociedade civil. Trata-se de pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, orientada pelo método dedutivo. Os estudos demonstram a relevância constitucional dos bens jurídicos afetados pelos crimes contra as instituições democráticas, evidenciando-se, com base na interpretação sistemática da Constituição de 1988, na história política do Brasil e no “paradoxo da tolerância” de Karl Popper, os perigos que uma lei de anistia ou um decreto de indulto, em face dos referidos crimes, podem causar à democracia brasileira.

Palavras-chave: Estado Democrático de Direito, anistia, indulto, inconstitucionalidade, crimes contra as instituições democráticas.



PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO E PROPÓSITO NEGOCIAL: ANÁLISE DA APLICAÇÃO DA TEORIA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Ana Luíza Alves
Daniel de Oliveira

Resumo

O presente artigo aborda a aplicação da teoria do propósito comercial no ordenamento jurídico brasileiro e suas implicações na desconsideração de planejamentos tributários. A análise concentra-se na problemática de se determinar a legitimidade das estruturas empresariais frente ao poder de tributar, especialmente em um cenário de alta complexidade normativa. O trabalho examina a incorporação deste critério pela jurisprudência e precedentes administrativos, com especial atenção às oscilações de entendimento no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) e ao posicionamento do Supremo Tribunal Federal (STF). Investiga-se como a exigência de uma motivação econômica, além do intuito de economizar tributos, impacta a liberdade de auto-organização e a previsibilidade das relações entre Fisco e contribuinte. Através de uma abordagem doutrinária e jurisprudencial, a pesquisa explora os limites entre a elisão fiscal e a evasão, para identificar os parâmetros que conferem validade às operações de planejamento. Reafirma-se a necessidade de critérios objetivos que garantam a conformidade fiscal sem sacrificar a eficiência econômica e a racionalidade jurídica indispensáveis ao ambiente de negócios nacional.

Palavras-chave: planejamento tributário, elisão fiscal, propósito comercial.



CONDUÇÃO COERCITIVA DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: REVITIMIZAÇÃO E PARADOXOS DO MACHISMO ESTRUTURAL

Alda Policarpo Rosa
Leandro Gornicki Nunes

Resumo

O presente estudo analisa a condução coercitiva de mulheres vítimas de violência doméstica sob a ótica da revitimização e dos paradoxos do machismo estrutural. O objetivo é discutir a necessidade de implementar novas formas de oitiva, uma vez que os meios processuais atualmente empregados frequentemente reforçam a violência institucionalizada. Inicialmente, a pesquisa delimita os conceitos de vítima e de condução coercitiva, situando a mulher no processo penal contemporâneo como sujeito de direitos. A metodologia fundamenta-se na pesquisa bibliográfica com método dedutivo. Os resultados indicam a impossibilidade de aplicação da condução coercitiva em casos de violência doméstica, visto que tal medida aprofunda a revitimização e ignora vulnerabilidades específicas. Conclui-se pela necessidade de adoção de formas de escuta humanizada, compatíveis com a dignidade da pessoa humana e com a proteção integral da mulher.

Palavras-chave: condução coercitiva, violência doméstica, revitimização.



O DIREITO DAS PESSOAS TRANSGÊNERO AO ESPORTE

João Pedro Grolli de Sousa
Denis Fernando Radun

Resumo

O presente estudo trata do direito das pessoas transgênero ao esporte. O tema é importante tendo em vista a insegurança jurídica sobre a garantia da prática esportiva às pessoas trans, respeitando sua identidade de gênero. Os objetivos da pesquisa são: explicitar a regulamentação do direito desportivo sobre a participação de pessoas transgênero, identificar os direitos das pessoas trans no esporte sob a ótica do princípio da dignidade da pessoa humana e, por fim, discutir o conflito das normas do direito desportivo com princípios constitucionais. A metodologia é do tipo bibliográfica. O método é dedutivo. O artigo conclui que pessoas transgênero têm assegurado o direito ao esporte e, portanto, as legislações desportivas devem instituir normas não-discriminatórias que permitam a participação de atletas trans por critérios justos de acordo com as modalidades. A expectativa deste artigo é contribuir para assegurar o direito das pessoas transgêneros ao esporte.

Palavras-chave: direito, transgênero, esporte.



TRATADOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS E SUA INFLUÊNCIA NO DIREITO MILITAR BRASILEIRO

Beatriz Schumacher Barbosa
Cloves Fernandes Barbosa

Resumo

O presente artigo analisa a influência dos tratados internacionais de direitos humanos no direito militar brasileiro, com ênfase na sua incorporação ao ordenamento jurídico e na atuação dos tribunais nacionais. O tema mostra-se relevante diante da necessidade de compatibilização entre as normas próprias do direito militar e os padrões internacionais de proteção dos direitos humanos, especialmente em um contexto de fortalecimento do controle sobre a atuação estatal. O objetivo geral da pesquisa consiste em examinar de que forma os tratados internacionais de direitos humanos impactam o direito militar brasileiro e contribuem para a proteção de direitos fundamentais no âmbito das instituições militares. Como objetivos específicos, busca-se analisar o diálogo entre esses tratados e a Constituição Federal de 1988; compreender a posição hierárquica dessas normas no ordenamento jurídico brasileiro; investigar a atuação do Poder Judiciário, com destaque para o controle de convencionalidade e a influência da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos; e identificar os principais desafios à efetividade dessas normas no contexto militar, especialmente aqueles relacionados a fatores institucionais e políticos. A pesquisa, de natureza qualitativa, adota abordagem bibliográfica e documental, utilizando o método dedutivo. Evidencia-se que, embora haja avanços na incorporação dos tratados internacionais de direitos humanos no direito brasileiro, sua plena efetividade no âmbito do direito militar ainda enfrenta desafios, exigindo maior integração entre as ordens jurídica interna e internacional para assegurar a proteção dos direitos fundamentais.

Palavras-chave: Direitos humanos, tratados internacionais, direito militar, controle de convencionalidade, Corte Interamericana de Direitos Humanos.



A PROVA ILÍCITA E A TEORIA DOS FRUTOS DA ÁRVORE ENVENENADA NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO

Alessandra A. Valendorf
Waldemar Moreno Junior

Resumo

O presente estudo trata da prova ilícita e da teoria dos frutos da árvore envenenada no processo penal brasileiro. O tema é importante em razão de sua centralidade na proteção dos direitos fundamentais e no fortalecimento do devido processo legal, já que a utilização de provas obtidas por meios ilegais pode comprometer a legitimidade da persecução penal. Os objetivos específicos são: contextualizar o conceito de prova ilícita, diferenciando-a da prova ilegítima; analisar a aplicação da teoria dos frutos da árvore envenenada na doutrina e na jurisprudência brasileira, identificando as exceções admitidas; e discutir criticamente os impactos da relativização dessa teoria para a efetividade do estado democrático de direito. A metodologia é do tipo bibliográfica e documental, com método dedutivo. A expectativa deste artigo é contribuir para o debate acerca dos limites da admissibilidade probatória no processo penal, reforçando a importância da tutela constitucional dos direitos fundamentais e da legitimidade do sistema de justiça criminal.

Palavras-chave: Prova ilícita; Frutos da árvore envenenada; Processo penal; Direitos fundamentais.



TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL E A EFICÁCIA NA CONSOLIDAÇÃO DA JUSTIÇA INTERNACIONAL

Gabriela de Aguiar Sbalcheiro
Cloves Fernandes Barbosa

Resumo

O presente estudo analisa a eficácia do Tribunal Penal Internacional (TPI) na consolidação da justiça penal internacional. O tema é relevante diante do crescente número de conflitos armados e violações massivas de direitos humanos que desafiam a capacidade de resposta das jurisdições nacionais e internacionais. A pesquisa tem como objetivo geral analisar a eficácia do TPI e, como objetivos específicos, contextualizar os antecedentes históricos e aspectos gerais do Tribunal, discorrer sobre seu funcionamento e competência, e discutir sua efetividade, inclusive no que diz respeito à legislação brasileira. A metodologia é qualitativa, de natureza bibliográfica, com método dedutivo. Parte-se da hipótese de que o TPI tem papel essencial na promoção da justiça internacional ao responsabilizar indivíduos por crimes graves contra a humanidade. Contudo, sua atuação enfrenta limitações práticas, principalmente pela dependência da cooperação dos Estados e pelas restrições impostas pela soberania nacional. Conclui-se que a eficácia do TPI é relativa e multidimensional: o Tribunal funciona no plano normativo e simbólico, mas encontra limites estruturais sérios no plano instrumental, especialmente quando confrontado com Estados que se recusam a cooperar.

Palavras-chave: Tribunal Penal Internacional, Eficácia, Estatuto de Roma, Direito Penal Internacional.



A EFETIVIDADE DA ARBITRAGEM COMO MEIO DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NO AMBIENTE EMPRESARIAL BRASILEIRO

Suelen Aparecida Trentini
Cloves Fernandes Barbosa

Resumo

O presente estudo de conclusão de curso tem como objetivo analisar a efetividade da arbitragem como meio de resolução de conflitos no ambiente empresarial brasileiro. Diante do acelerado crescimento das empresas e da complexidade crescente das relações contratuais no Brasil, observa-se uma demanda cada vez maior por mecanismos de resolução de conflitos mais céleres, eficientes e seguros para a resolução de controvérsias empresariais. Os objetivos específicos do estudo são compreender os fundamentos jurídicos da arbitragem, analisar a arbitragem no âmbito empresarial, bem como avaliar os principais desafios e limitações enfrentados atualmente por esse instituto. A metodologia adotada é bibliográfica, baseada na análise e interpretação de materiais existentes na doutrina, na legislação e na literatura especializada. O método utilizado é dedutivo, partindo de conceitos gerais para alcançar conclusões específicas. A expectativa deste artigo científico é contribuir para o aprofundamento acerca da arbitragem fornecendo conhecimento relevante e atualizado para o entendimento do seu funcionamento e aplicabilidade no contexto jurídico empresarial. Os resultados indicam que, apesar dos custos elevados e da impecuniosidade, a arbitragem revela-se efetiva no ambiente empresarial brasileiro em virtude da celeridade, especialização e confidencialidade.

Palavras-chave: arbitragem, empresarial, resolução de conflitos.



NATUREZA FISCAL DO IOF: UMA ANÁLISE DO DECRETO 12.499/2025

Pedro Henrique de Leão Betat
Daniel de Oliveira

Resumo

O presente artigo analisa a constitucionalidade do Decreto Presidencial nº 12.499/2025, que majorou as alíquotas do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF), à luz do princípio da vedação ao desvio de finalidade. Para tanto, parte-se de uma contextualização histórica acerca da evolução do Estado e de sua relação com a tributação, percorrendo desde o modelo absolutista até o Estado Democrático de Direito consagrado pela Constituição Federal de 1988. Em seguida, examina-se a natureza jurídica extrafiscal do IOF, sua regra-matriz de incidência e os fundamentos constitucionais que autorizam o Poder Executivo a alterar suas alíquotas por decreto. O estudo analisa, ainda, o conjunto de atos normativos que compõem o denominado “Caso IOF”: os Decretos Presidenciais nº 12.466, 12.467 e 12.499/2025, o Decreto Legislativo nº 176/2025 e a decisão monocrática proferida pelo Ministro Alexandre de Moraes no âmbito das ADIs 7827, 7839 e da ADC 96. A pesquisa é de natureza qualitativa, com método dedutivo e abordagem bibliográfico-documental, valendo-se de fontes doutrinárias, legislativas e jurisprudenciais. Conclui-se que a utilização do IOF com finalidade predominantemente arrecadatória, evidenciada por documentos oficiais do próprio Governo Federal, configura desvio de finalidade e, portanto, vício de inconstitucionalidade material, em desconformidade com o regime jurídico extrafiscal que lhe é constitucionalmente atribuído.

Palavras-chave: IOF, extrafiscalidade, desvio de finalidade, constitucionalidade.



TEORIA DA DECISÃO NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO: IMPACTOS NEGATIVOS DAS “VOZES DAS RUAS”

Kamile Rafaéla Nazario
Leandro Gornicki Nunes

Resumo

O presente artigo trata da Teoria da decisão no processo penal brasileiro: impactos negativos das “vozes das ruas”. O tema é importante para alertar o perigo de tomadas de decisões arbitrárias e pautadas em uma politização do poder judiciário. Assim pode-se reafirmar a imprescindibilidade da observância ao devido processo legal na sociedade contemporânea e de se aplicar uma tomada de decisão justa. Este estudo propõe-se a contextualizar as funcionalidades do devido processo legal no Direito Penal Brasileiro sistematizando seus princípios, direitos e deveres legais; Ainda, busca identificar as influências internas e externas que condicionam a teoria da tomada de decisão, como vieses cognitivos, pressões sociais, políticas e institucionais, bem como valores e dilemas pessoais do julgador; Por fim, necessário evidenciar a problemática da politização da justiça na tomada de decisão, na qual revela-se negativamente permeável a fatores extrajurídicos e cegado pelas “vozes das ruas”. A metodologia é do tipo bibliográfica. O método é dedutivo. A expectativa deste artigo é contribuir para a compreensão crítica das influências que afetam a imparcialidade judicial, sob a ótica da teoria da tomada de decisão.

Palavras-chave: Devido processo legal; Teoria da Tomada de decisão; Imparcialidade judicial; Politização da justiça.



ANÁLISE DA INTERPRETAÇÃO DO ARTIGO 19 DO MARCO CIVIL DA INTERNET PELO STF E À INVASÃO DE COMPETÊNCIAS LEGISLATIVAS SOB A ÓTICA ORIGINALISTA

Tiago Fachini
Acir Alves Coelho Júnior

Resumo

O presente estudo trata da análise da interpretação do artigo 19 do marco civil da internet pelo STF e à invasão de competências legislativas sob a ótica originalista. A análise é importante em razão da garantia de segurança jurídica para operadores do direito e sociedade, buscando para tal compreender a competência do STF e seu papel no controle de constitucionalidade, caracterizar o conceito de originalismo e analisar a interpretação do STF na decisão sobre o artigo 19 do marco civil da internet sob a ótica originalista. A metodologia é do tipo bibliográfica, o método é dedutivo. A expectativa deste artigo é contribuir para a compreensão sobre o impacto na segurança jurídica para operadores do direito e sociedade.

Palavras-chave: Marco civil da internet, STF, invasão de competência, originalismo.



DOIS PESOS, DUAS MEDIDAS: O LUGAR DOS DIREITOS HUMANOS NOS PROGRAMAS DE COMPLIANCE DAS EMPRESAS DE JOINVILLE/SC

Eduarda Fachini
Denis Fernando Radun

Resumo

O presente artigo analisa como os direitos humanos são tratados em programas de compliance de grandes corporações de Joinville/SC. Esta análise é realizada na perspectiva do compliance antidiscriminatório e o fenômeno do diversity washing. No âmbito dos direitos humanos, a pesquisa se ocupa em analisar especificamente as categorias de gênero, identidade de gênero e orientação sexual. O tema é relevante diante da crescente agenda ESG e da necessidade de verificar se as políticas de diversidade declaradas pelas empresas podem indicar ou configuram social washing para fins de gestão de reputação. Os objetivos específicos são: a) contextualizar o marco teórico do compliance, direitos humanos e direito antidiscriminatório aplicados às empresas; b) identificar, a partir da análise de documentos públicos, as políticas formais de diversidade das principais corporações de Joinville; e c) discutir a relação entre o discurso e a prática documentada, analisando a ocorrência de diversity e social washing. A metodologia é documental e bibliográfica, abordagem quanti-qualitativa e método dedutivo. Foram analisadas dez sociedades anônimas, abertas e fechadas, por meio de uma ficha analítica composta por 15 indicadores, distribuídos em sete blocos temáticos, preenchida exclusivamente a partir de documentos disponíveis nos sítios eletrônicos das empresas. Os resultados revelam conformidade formal robusta nos indicadores de canais de ética e equidade salarial, mas lacunas críticas nos blocos de treinamento e comunicação e de abrangência da proteção. O achado central da pesquisa é a assimetria entre categorias: 80% das empresas protegem explicitamente a orientação sexual, mas apenas 20% o fazem em relação à identidade de gênero, evidenciando o padrão de dois pesos e duas medidas que dá nome a este trabalho.

Palavras-chave: compliance antidiscriminatório, diversity e social washing, direitos humanos.



EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Lidiane Barros Dumerqui
Renata Egert

Resumo

A inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho constitui um dos maiores desafios contemporâneos no campo dos direitos humanos e da dignidade da pessoa humana. Este artigo teve como objetivo analisar a efetividade das políticas públicas, da legislação e da jurisprudência brasileiras na promoção da inclusão laboral, identificando avanços, limites e perspectivas futuras. A pesquisa foi desenvolvida a partir de revisão bibliográfica e documental, considerando estudos acadêmicos recentes, dados oficiais e a análise do marco jurídico vigente. A análise estrutura-se em três eixos principais: (1) perspectivas futuras para a inclusão no mercado de trabalho; (2) as políticas públicas e mecanismos de fiscalização; e (3) os desafios práticos enfrentados pelas pessoas com deficiência no ambiente organizacional. Os resultados demonstraram que, apesar da existência de um arcabouço legal robusto, a efetividade das normas ainda é parcial, em razão de barreiras arquitetônicas, comunicacionais, atitudinais e organizacionais que persistem nas empresas. Constatou-se que a jurisprudência e a fiscalização desempenham papel relevante, mas ainda insuficiente para garantir a plena concretização da igualdade de oportunidades. Além disso, a inclusão permanece em grande parte restrita ao cumprimento formal da Lei de Cotas, sem assegurar a valorização das competências e a progressão de carreira. O estudo aponta que a transformação desse cenário requer políticas públicas mais articuladas, maior investimento em acessibilidade e capacitação profissional, além de mudanças culturais profundas nas organizações e na sociedade. Conclui-se, portanto, que a inclusão das pessoas com deficiência no trabalho deve ser compreendida como processo contínuo, que depende da articulação entre Estado, empresas e sociedade civil, e que abre espaço para novas pesquisas sobre a eficácia das políticas inclusivas, o papel das tecnologias assistivas e a percepção dos próprios trabalhadores com deficiência.

Palavras-chave: Direitos Humanos. Lei de Cotas. Mercado de Trabalho.



A LEI N. 15.190/2025 E SEUS LIMITES CONSTITUCIONAIS: UMA ANÁLISE À LUZ DO PRINCÍPIO DA PROIBIÇÃO DE RETROCESSO AMBIENTAL

Caroline de Almeida
Luiz Gustavo Assad Rupp

Resumo

O presente estudo analisa a Lei n. 15.190/2025 e seus limites constitucionais à luz do princípio da proibição de retrocesso ambiental. A questão que orientou a pesquisa consistiu em verificar se as alterações promovidas pela referida lei, especialmente a mitigação dos mecanismos de controle estatal e a restrição da participação de povos indígenas e quilombolas no licenciamento ambiental, configuram violação ao princípio da proibição de retrocesso ambiental e aos limites constitucionais impostos à tutela ecológica. O objetivo geral foi examinar a conformidade da Lei n. 15.190/2025 com o ordenamento constitucional brasileiro, tendo como referenciais o art. 225 da Constituição Federal de 1988 e o princípio da proibição de retrocesso ambiental. Para tanto, os objetivos específicos abrangeram a contextualização do meio ambiente como direito fundamental, a análise do princípio da proibição de retrocesso e do licenciamento ambiental como instrumento de tutela preventiva e o exame dos limites constitucionais da lei quanto à mitigação do controle estatal e à proteção de povos indígenas e quilombolas. A metodologia consistiu em pesquisa qualitativa, bibliográfica e documental, com análise de doutrina, legislação e jurisprudência, pelo método dedutivo. Os resultados demonstraram que a Lei n. 15.190/2025, ao instituir mecanismos de licenciamento simplificado sem instrumentos compensatórios equivalentes e ao restringir a participação institucional de povos indígenas e quilombolas a territórios formalmente demarcados ou titulados, reduziu o nível de proteção anteriormente consolidado, contrariando a jurisprudência do STF, a Convenção n. 169 da OIT e o dever constitucional de preservação ambiental para as presentes e futuras gerações.

Palavras-chave: Direito ambiental, princípio da proibição de retrocesso ambiental e flexibilização do licenciamento ambiental.



A LOCAÇÃO POR TEMPORADA VIA PLATAFORMAS DIGITAIS: CONFLITOS ENTRE DIREITO DE PROPRIEDADE E REGRAS CONDOMINIAIS

Marcionilio da Silva Junior
Renata Egert

Resumo

Este artigo analisa os conflitos jurídicos decorrentes da locação por temporada realizada por meio de plataformas digitais, como Airbnb e similares, especialmente no contexto de condomínios residenciais. A expansão da economia do compartilhamento introduziu novas formas de utilização da propriedade privada, ampliando sua exploração econômica e gerando tensões na convivência condominial. O estudo parte da análise do direito de propriedade previsto na Constituição Federal, em conjunto com sua função social e com as normas condominiais voltadas à preservação da segurança, do sossego e da ordem coletiva. Examina-se, ainda, a aplicação da Lei do Inquilinato (Lei nº 8.245/1991) e do Código Civil, com foco nos limites do exercício do direito de propriedade no ambiente condominial. A metodologia adotada é qualitativa, com base em pesquisa bibliográfica e análise doutrinária e jurisprudencial. Os resultados indicam que a locação por temporada pode ser admitida em condomínios, desde que não comprometa a finalidade residencial do imóvel, sendo legítima sua restrição quando houver prejuízo à coletividade.

Palavras-chave: direito de propriedade; locação por temporada; condomínio edilício; função social; jurisprudência.



HERANÇA DIGITAL: DESAFIOS DO DIREITO SUCESSÓRIO BRASILEIRO

Emily Loffi Wensing May
Denis Fernando Radun

Resumo

O presente artigo tem como objeto de estudo a herança digital, temática cada vez mais relevante diante da intensificação do uso de tecnologias digitais no cotidiano da sociedade contemporânea. Atualmente, grande parte das interações sociais, relações econômicas, registros pessoais e profissionais ocorre em ambientes virtuais, como redes sociais, plataformas digitais, contas de e-mail e serviços de armazenamento em nuvem. Nesse cenário, surge a necessidade de discutir o destino desses bens após a morte de seu titular, bem como os limites jurídicos relacionados ao acesso, à administração e à transmissão desses conteúdos. No ordenamento jurídico brasileiro, observa-se a inexistência de legislação específica que regule a herança digital, o que gera lacunas normativas e insegurança jurídica. O Código Civil não aborda diretamente os bens digitais, permitindo diferentes interpretações doutrinárias e jurisprudenciais. Além disso, a ausência de regramento claro intensifica conflitos entre o direito sucessório, os direitos fundamentais e os direitos da personalidade, especialmente quanto à proteção da intimidade, honra e imagem do falecido. O estudo objetiva contextualizar o uso das redes digitais, identificar o regime sucessório aplicável e analisar os mecanismos de proteção dos direitos da personalidade. A metodologia adotada é bibliográfica, com base em doutrina, legislação e produções acadêmicas. Os resultados demonstram que a herança digital é fenômeno consolidado, exigindo distinção entre bens patrimoniais e existenciais, além da necessidade de um marco normativo que harmonize direitos sucessórios e proteção da dignidade humana.

Palavras-chave: Herança digital, Direito Sucessório, Direitos da Personalidade.



O DIREITO DAS PESSOAS TRANSGÊNERO AO ESPORTE

João Pedro Grolli de Sousa
Denis Fernando Radun

Resumo

O presente estudo trata do direito das pessoas transgênero ao esporte. O tema é importante tendo em vista a insegurança jurídica sobre a garantia da prática esportiva às pessoas trans, respeitando sua identidade de gênero. Os objetivos da pesquisa são: explicitar a regulamentação do direito desportivo sobre a participação de pessoas transgênero, identificar os direitos das pessoas trans no esporte sob a ótica do princípio da dignidade da pessoa humana e, por fim, discutir o conflito das normas do direito desportivo com princípios constitucionais. A metodologia é do tipo bibliográfica. O método é dedutivo. O artigo conclui que pessoas transgênero têm assegurado o direito ao esporte e, portanto, as legislações desportivas devem instituir normas não-discriminatórias que permitam a participação de atletas trans por critérios justos de acordo com as modalidades. A expectativa deste artigo é contribuir para assegurar o direito das pessoas transgêneros ao esporte.

Palavras-chave: direito, transgênero, esporte.



O PRINCÍPIO DO *NEMO TENETUR SE DETEGERE* E O DIREITO CONSTITUCIONAL DA NÃO AUTOINCRIMINAÇÃO NO DESCUMPRIMENTO DE ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL

Alexandre Cristiano de Souza Klitzke
Waldemar Moreno Junior

Resumo: O acordo de não persecução penal (ANPP), introduzido no ordenamento jurídico brasileiro pela Lei nº 13.964/2019, representa relevante instrumento da política criminal contemporânea, ao incorporar mecanismos de consensualidade e racionalização da atuação persecutória estatal. Inserido no contexto de justiça penal negociada, o ANPP busca conferir maior eficiência ao sistema penal, reduzindo a judicialização excessiva e priorizando soluções adequadas para infrações penais de menor gravidade, aproximando-se de modelos adotados em sistemas estrangeiros. **No âmbito desse acordo, a exigência de confissão formal e circunstanciada pelo** investigado assume papel central para sua celebração, suscitando debates acerca de sua natureza jurídica e de sua valoração probatória. A confissão, embora não se confunda com meio de prova típico, é tomada como condição de procedibilidade do ajuste, o que impõe reflexão crítica sobre seus efeitos, especialmente diante da ausência de contraditório pleno e da sua produção em fase pré-processual. A controvérsia se intensifica quando ocorre o descumprimento do ANPP, momento em que se discute a legitimidade da utilização da confissão extrajudicial no processo penal subsequente. Tal possibilidade coloca em tensão a lógica consensual do acordo com o princípio constitucional da não autoincriminação (*nemo tenetur se detegere*), exigindo cautela quanto à admissibilidade e aos limites de uso dessas declarações em desfavor do investigado. Com base em pesquisa bibliográfica e método dedutivo, os resultados do estudo indicam que, embora o descumprimento do ANPP autorize a retomada da persecução penal, não legitima a utilização automática da confissão prestada no contexto negocial como elemento probatório contra o investigado, sob pena de violação das garantias constitucionais da não autoincriminação, da voluntariedade e do devido processo legal. Conclui-se que a preservação da validade constitucional do ANPP depende do reconhecimento de que a confissão nele prestada possui finalidade estritamente instrumental e negocial, não podendo ser convertida em prova incriminadora em caso de rompimento do acordo, devendo prevalecer a proteção dos direitos fundamentais como condição de legitimidade da justiça penal consensual.

Palavras-chave: Acordo de não persecução penal, autoincriminação, inconstitucionalidade.



A FRAGILIDADE CONCEITUAL DA ORDEM PÚBLICA COMO FUNDAMENTO PARA A PRISÃO PREVENTIVA: UMA ANÁLISE DA JURISPRUDÊNCIA DA 4ª CÂMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA

Sabrina Aparecida de Sousa
José Edilson Fontenelle Neto

Resumo

O estudo aborda a fragilidade conceitual da ordem pública como fundamento para a decretação da prisão preventiva no Direito Processual Penal brasileiro, destacando como a ausência de definição normativa clara permite decisões judiciais marcadas pelo subjetivismo e pela fluidez interpretativa. A relevância do tema decorre dos impactos sociais da prisão preventiva, bem como de sua importância para o debate acadêmico e para a atuação dos operadores do Direito, considerando os reflexos dessa medida sobre a liberdade individual e a fundamentação das decisões judiciais. A falta de um conceito delimitado de ordem pública pode afetar diretamente os direitos fundamentais, vindo a contribuir para a insegurança jurídica e para o uso desproporcional da custódia cautelar. Nesse contexto, o trabalho tem como objetivos contextualizar a prisão preventiva no direito brasileiro, examinar seus fundamentos legais e analisar a evolução histórica do conceito de ordem pública e examinar sua aplicação pela 4ª câmara criminal do Tribunal de Justiça de Santa Catarina em decisões de habeas corpus. Busca-se, ademais, esclarecer de que forma a utilização de conceitos indeterminados influencia a tensão entre a proteção coletiva e a estabilidade normativa exigida pelo Estado Democrático de Direito. A pesquisa adota abordagem bibliográfica e documental, com método dedutivo, mediante análise de doutrina, legislação e julgados da 4ª câmara criminal do Tribunal de Justiça de Santa Catarina pertinentes ao tema. O estudo contribui para uma interpretação mais crítica e equilibrada do instituto, oferecendo parâmetros que conciliam a proteção da coletividade com a efetivação dos direitos fundamentais e a segurança jurídica.

Palavras-chave: ordem pública, prisão preventiva, segurança jurídica.



O CASO *THALER* E AS IMPLICAÇÕES DA AUTORIA DE OBRAS PRODUZIDAS POR INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO DIREITO BRASILEIRO

Pedro Henrique de Campos Brota Cardoso da Cunha
Patrícia de Oliveira Areas

Resumo

O presente estudo tem como objetivo apresentar e analisar a decisão proferida pelo tribunal distrital de Columbia dos Estados Unidos no caso *Stephen Thaler v Shira Perlmutterthe*, para identificar eventuais impactos que a decisão pode ter sobre o entendimento de direito autoral envolvendo o uso de inteligência artificial e, consequentemente, aprendizagens e potenciais reflexos sobre o direito brasileiro nesse contexto. O tema é importante considerando o avanço do uso de inteligência artificial em processos criativos e o papel do direito em estabelecer ferramentas de controle sobre o uso e propriedade de tais bens, como o próprio direito autoral. Os objetivos são: explicitar o que é Direito Autoral; definir o que é Inteligência Artificial (IA), apresentar e classificar os principais tipos de IA existentes promovendo um debate crítico sobre suas implicações técnicas, éticas e sociais. Discutir a interpretação jurisprudencial da decisão proferida no caso *Stephen Thaler v Shira Perlmutterth e*. A metodologia é do tipo qualitativa, empregando análises qualitativas na identificação e análise da decisão proferida pelo tribunal distrital americano. O método é indutivo a partir do estudo do caso *Stephen Thaler v Shira Perlmutterthe*. Também se utilizará de técnica de pesquisa bibliográfica e documental (fontes principalmente normativas e jurisprudencial) para fundamentar os conceitos e marcos jurídicos empregados pela análise. A expectativa deste artigo é contribuir para a realização de um estudo sobre o posicionamento adotado pelo tribunal recursal de Columbias em relação à autoria sobre as obras produzidas por inteligência artificial.

Palavras-chaves : Autoria, inteligência Artificial, *Copyright*, Direito Autoral



INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL CASEIRA: E OS REFLEXOS DA AUSÊNCIA DE SUA REGULAMENTAÇÃO

Brayan Vitório Cordeiro de Lima Machado
Denis Fernando Radun

Resumo

O presente artigo analisa os impactos jurídicos da ausência de regulamentação da inseminação artificial caseira no Brasil, com foco no registro civil e nos direitos sucessórios da prole. Examina-se o conflito entre o Provimento nº 149/2023 do CNJ, que exige declaração de clínica especializada para o registro administrativo, e os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, da igualdade entre os filhos e do livre planejamento familiar. Por meio de pesquisa bibliográfica, documental e jurisprudencial, demonstra-se que essa lacuna normativa compromete o direito de saisine e expõe as crianças concebidas por essa via a uma situação de vulnerabilidade patrimonial. Analisam-se as decisões do Superior Tribunal de Justiça (REsp 2.155.151/SP, rel. Min. Nancy Andrighi, 2024) e do Tribunal de Justiça do Paraná (proc. nº 0001266-53.2024.8.16.0036, rel. Des. Eduardo Cambi), escolhidas por representarem os precedentes mais recentes e de maior impacto sobre o tema, a decisão do STJ por firmar a presunção de maternidade socioafetiva em contexto de inseminação caseira homoafetiva, e a decisão do TJPR por aplicar a teoria da causa madura ao reconhecimento da dupla maternidade sem regulamentação específica. Avalia-se, ainda, o Projeto de Reforma do Código Civil (PL 04/2025), concluindo-se que a solução exige três argumentos complementares: a revisão do Provimento nº 149/2023 pelo CNJ; a previsão expressa de registro simplificado no novo Código Civil; e a uniformização jurisprudencial com eficácia retroativa ao nascimento, garantindo que o método de concepção não se torne um critério de exclusão sucessória.

Palavra-chave: Inseminação caseira; insegurança jurídica; direito sucessório; proteção integral da criança



A APLICAÇÃO DA LEI DO SUPERENDIVIDAMENTO (LEI Nº 14.181/2021) SOB A PERSPECTIVA DA PROTEÇÃO DO NÚCLEO FAMILIAR

Jamily Aviz Abdalla
Daniel de Oliveira

Resumo

O superendividamento tem se consolidado como relevante problema social e jurídico no Brasil, especialmente diante do crescimento do número de consumidores que enfrentam dificuldades para cumprir suas obrigações financeiras sem comprometer o mínimo existencial. Nesse contexto, a Lei nº 14.181/2021, conhecida como Lei do Superendividamento, foi incorporada ao ordenamento jurídico brasileiro com o objetivo de prevenir o endividamento excessivo e estabelecer mecanismos para o tratamento das dívidas de consumidores em situação de vulnerabilidade. O presente estudo tem como objetivo analisar a aplicação dessa legislação à realidade das famílias consumidoras, considerando que o impacto das dívidas ultrapassa a esfera individual e afeta diretamente o equilíbrio econômico e social do núcleo familiar. Especificamente, pretende-se contextualizar o fenômeno do superendividamento e o surgimento da Lei nº 14.181/2021 no sistema jurídico brasileiro, examinar a atuação do Poder Judiciário na aplicação da norma e verificar em que medida as decisões judiciais reconhecem a família como unidade econômica e social afetada pelo endividamento. A pesquisa adota abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica, com método dedutivo, fundamentando-se na análise de doutrina especializada, legislação pertinente, jurisprudência e dados estatísticos sobre a inadimplência no país. Pretende-se, ao final, contribuir para o debate acerca da efetividade da Lei do Superendividamento, propondo uma interpretação que considere a proteção do núcleo familiar e esteja alinhada aos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e da proteção da família.

Palavras-chave: Superendividamento; Consumidor; Núcleo familiar; Mínimo Existencial; Lei nº 14.181/2021.



MULHERES LÉSBICAS E BISSEXUAIS PRIVADAS DE LIBERDADE NO BRASIL: LIMITES ESTRUTURAIS DO SISTEMA PRISIONAL NA GARANTIA DE DIREITOS HUMANOS

Edna Thayná Passos Peirão
Denis Fernando Radun

Resumo

Este estudo visa tratar das deficiências estruturais do sistema carcerário brasileiro e da forma como essas fragilidades impactam a proteção da dignidade das mulheres lésbicas e bissexuais privadas de liberdade. A importância do tema está pautada na vulnerabilidade ampliada dessa população, decorrente não apenas da privação de liberdade, mas também das discriminações relacionadas à orientação sexual no ambiente prisional e da escassez de literatura específica sobre o tema. O objetivo geral consiste em analisar em que medida a estrutura do sistema prisional brasileiro protege a dignidade da mulher lésbica e bissexual privada de liberdade. Como objetivos específicos, busca-se apresentar a estrutura do sistema prisional brasileiro a partir dos regimes de cumprimento da pena e de sua função; conceituar mulheres lésbicas e bissexuais; e discutir a proteção da dignidade da mulher lésbica e bissexual privada de liberdade no sistema prisional brasileiro. Além disso, o trabalho analisa a adoção — ou não — de medidas específicas de proteção, criadas por normas e tratados nacionais e internacionais, como a criação de alas e celas destinadas à população LGBT+, realizando, neste caso, um recorte voltado às mulheres lésbicas e bissexuais. A pesquisa adota abordagem qualitativa, com método dedutivo e utilização de pesquisa bibliográfica e documental, a partir da análise de legislações, resoluções institucionais e produções acadêmicas. Os resultados obtidos demonstram que a ausência de implementação efetiva das políticas de proteção, aliada à crise estrutural do sistema prisional, perpetua situações de vulnerabilidade e compromete as garantias jurídicas e a dignidade dessa minoria.

Palavras-chave: sistema prisional brasileiro, mulheres LGBT+, direitos humanos.



HERANÇA DIGITAL: OS LIMITES DA TRANSMISSÃO DOS BENS DIGITAIS E A PROTEÇÃO DA INTIMIDADE DO DE CUJUS

Vandirlei Lourenço da Silva
Denis Fernando Radun

Resumo

O presente estudo analisa a herança digital, focando na proteção da privacidade post mortem e no conflito entre o interesse dos sucessores e a intimidade do falecido. A relevância da pesquisa reside na insegurança jurídica gerada pela ausência de legislação específica para ativos virtuais, o que desafia o Direito Sucessório estruturado historicamente para bens tangíveis. Os objetivos específicos consistem em: narrar a sucessão no Direito Brasileiro e suas especificidades, apresentando noções gerais, os bens transmissíveis por herança e a classificação dos bens virtuais; identificar o direito à privacidade, analisando sua proteção jurídica, a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), a privacidade na sucessão e os limites da transmissão dos bens digitais; e realizar uma análise sobre a proteção da privacidade no inventário, discutindo o inventário judicial e extrajudicial, os sujeitos do inventário e o caso paradigma Recurso Especial nº 2.124.424/SP referente à função do inventariante. A metodologia adotada é qualitativa, baseada em pesquisa bibliográfica e documental, amparada pelo método dedutivo. A expectativa deste artigo é contribuir para o debate sobre os contornos da herança digital, ressaltando caminhos de regulamentação que conciliem o direito à herança com a preservação da dignidade e da memória do indivíduo no ambiente virtual.

Palavras-chave: Herança digital; bens digitais; direitos da personalidade.



A LAICIDADE DO ESTADO E OS SÍMBOLOS RELIGIOSOS EM ESPAÇOS PÚBLICOS: ANÁLISE DO TEMA 1.086 DO STF

Gabriela da Silva Mendonça
Luiz Gustavo Assad Rupp

Resumo

O presente estudo trata da análise do tema de repercussão geral 1.086 do Supremo Tribunal Federal, o qual decidiu que a presença de símbolos religiosos, como imagens e crucifixos, em prédios e órgãos públicos não fere o princípio da neutralidade estatal em relação às religiões, a laicidade, nem a liberdade de crença das pessoas. O estudo sobre o tema possui uma importância acadêmica, ao analisar a recente decisão do STF, e agrega conhecimento aos estudantes do curso de Direito, auxiliando na compreensão do princípio do Estado laico e na análise de sua efetividade. Os objetivos específicos são: Contextualizar os princípios da laicidade estatal e da liberdade religiosa; Discorrer sobre a presença de símbolos religiosos em órgãos públicos; e Discutir sobre o tema de repercussão geral 1.086 e o entendimento do Supremo Tribunal sobre a presença de símbolos religiosos em prédios e órgãos públicos. A metodologia deste artigo é do tipo bibliográfica e o método é dedutivo. A expectativa deste artigo é contribuir academicamente ao analisar a recente decisão do STF e os princípios constitucionais presentes no dispositivo. Como resultado deste artigo, conclui-se que o STF usou como base, para fixar sua tese de repercussão geral, a análise sócio-histórica do país, sua relação com a religião cristã, além da análise dos princípios da laicidade, da liberdade religiosa e do conceito de acomodação.

Palavras-chave: Laicidade, Símbolos Religiosos, Espaços públicos.



ENTREVISTA COGNITIVA COMO INSTRUMENTO DE APRIMORAMENTO DA PROVA TESTEMUNHAL NO PROCESSO PENAL

André Felipe Baumer
José Edilson da Cunha Fontenelle Neto

Resumo

O presente estudo trata da entrevista cognitiva como instrumento de aprimoramento da prova testemunhal no processo penal. O tema é relevante porque a entrevista cognitiva tem a capacidade de reduzir a incidência de falsas memórias no testemunho ocular, fenômeno que pode comprometer a fidedignidade da prova e contribuir para erros judiciais. A partir da questão de saber se a entrevista cognitiva pode minimizar os efeitos das falsas memórias no testemunho ocular, o trabalho tem por objetivos específicos estudar como as falsas memórias impactam a prova testemunhal, verificar os procedimentos da entrevista cognitiva e observar a possibilidade de implementação dessa técnica no sistema processual brasileiro. A metodologia é do tipo bibliográfica e o método, dedutivo. Verificou-se que a entrevista cognitiva é capaz de reduzir a contaminação do relato testemunhal, embora sua eficácia esteja condicionada à qualificação do entrevistador e às condições de aplicação do procedimento.

Palavras-chave: prova testemunhal, falsas memórias, entrevista cognitiva.



A VERDADEIRA FUNÇÃO DA PROVA NO PROCESSO PENAL E A (IM)POSSIBILIDADE DE DISTRIBUIÇÃO DA CARGA PROBATÓRIA NO DELITO DE RECEPÇÃO

Isadora Nunes Rodrigues
Waldemar Moreno Junior

Resumo

Este estudo trata da Verdadeira Função da Prova no Processo Penal e a (im)possibilidade de distribuição da carga probatória no delito de receptação. A relevância do tema está relacionada com a garantia de direitos e princípios fundamentais que visam promover uma decisão justa no devido processo legal. Além disso, possui grande impacto aos profissionais do direito, visto que a fase probatória é uma etapa decisiva, portanto, é essencial a compreensão do papel da prova e seus limites legais e constitucionais. Dentre os objetivos específicos estão analisar os aspectos gerais do processo penal, discutir sobre os limites legais da fase probatória e, por fim, discorrer sobre a possível inversão do ônus da prova no crime de receptação. A metodologia a ser utilizada é do tipo bibliográfica e documental, sendo adotado o método dedutivo. Por fim, a expectativa deste artigo é contribuir para que as decisões judiciais na esfera penal estejam em conformidade com os princípios do processo penal e demais dispositivos legais em vigência.

Palavras-chave: Processo penal, ônus da prova, receptação.



AS MUDANÇAS POSITIVAS E NEGATIVAS NO ASPECTO JURÍDICO DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES

Jandira Janinéia Gimenez Bonifacio
Luiz Carlos Gubbert

Resumo

A presente pesquisa analisa os impactos jurídicos da Lei nº 14.133/2021, a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, que substitui gradualmente a Lei nº 8.666/1993 e diplomas correlatos. O estudo tem como objetivo identificar os aspectos positivos e negativos trazidos pela legislação, com enfoque nos avanços relacionados à transparência, governança e eficiência, bem como nos desafios de implementação, sobretudo nos municípios de menor porte. Utilizando-se de pesquisa bibliográfica, documental e jurisprudencial, a investigação evidencia que, embora a nova lei represente um marco de modernização do regime licitatório, sua aplicação prática enfrenta entraves decorrentes da complexidade normativa, da necessidade de capacitação dos agentes públicos e da ausência de jurisprudência consolidada. Conclui-se que a efetividade da Lei nº 14.133/2021 depende não apenas de sua letra legal, mas também da interpretação jurisprudencial, da atuação dos órgãos de controle e da preparação técnica dos gestores e operadores do direito.

Palavras-chave: Licitações; Administração Pública; Transparência.



NOVA NR-1 E O GERENCIAMENTO DE RISCOS PSICOSSOCIAIS: IMPACTOS NOS DEVERES EMPRESARIAIS E RISCOS JURÍDICOS

Schayane Julio Wessling
Luis Felipe do Nascimento Moraes

Resumo

As atualizações da Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1) introduziram novas exigências relacionadas ao gerenciamento de riscos psicossociais no ambiente de trabalho, ampliando os deveres do empregador e os potenciais passivos jurídicos decorrentes de seu descumprimento. Este estudo analisa os impactos dessas transformações nas práticas empresariais, com ênfase nos reflexos sobre a produtividade, o clima organizacional, os afastamentos e os litígios trabalhistas. Os objetivos específicos são: a) compreender a evolução histórica da NR-1 e as alterações promovidas pela atualização normativa; b) examinar os novos deveres empresariais relacionados à gestão dos riscos psicossociais; c) analisar os possíveis passivos trabalhistas e indenizatórios decorrentes do descumprimento das novas exigências. A metodologia adotada é qualitativa e, por meio de pesquisa bibliográfica e documental, são examinadas as estratégias adotadas pelas empresas para adequação às novas diretrizes e mitigação de riscos.

Palavras-chave: Riscos psicossociais, gerenciamento de riscos, segurança do trabalho.



A PROVA ILÍCITA E A TEORIA DOS FRUTOS DA ÁRVORE ENVENENADA NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO

Alessandra A. Valendorf
Waldemar Moreno Junior

Resumo

O presente estudo trata da prova ilícita e da teoria dos frutos da árvore envenenada no processo penal brasileiro. O tema é importante em razão de sua centralidade na proteção dos direitos fundamentais e no fortalecimento do devido processo legal, já que a utilização de provas obtidas por meios ilegais pode comprometer a legitimidade da persecução penal. Os objetivos específicos são: contextualizar o conceito de prova ilícita, diferenciando-a da prova ilegítima; analisar a aplicação da teoria dos frutos da árvore envenenada na doutrina e na jurisprudência brasileira, identificando as exceções admitidas; e discutir criticamente os impactos da relativização dessa teoria para a efetividade do estado democrático de direito. A metodologia é do tipo bibliográfica e documental, com método dedutivo. A expectativa deste artigo é contribuir para o debate acerca dos limites da admissibilidade probatória no processo penal, reforçando a importância da tutela constitucional dos direitos fundamentais e da legitimidade do sistema de justiça criminal.

Palavras-chave: Prova ilícita; Frutos da árvore envenenada; Processo penal; Direitos fundamentais.



RESPONSABILIZAÇÃO JURÍDICA DOS CLUBES DE FUTEBOL PELA VIOLÊNCIA PROTAGONIZADA POR SUAS TORCIDAS ORGANIZADAS

Lucas Rafael Nossol
Cláudio Melquiades Medeiros

Resumo: O presente artigo analisa a responsabilidade civil dos clubes de futebol diante dos episódios de violência causados por torcidas organizadas nos estádios brasileiros. A partir de pesquisa bibliográfica e documental, investiga-se a estruturação histórica e sociológica das torcidas organizadas, os fundamentos jurídicos da responsabilidade civil objetiva e subjetiva, e o regime normativo estabelecido pelo Código Civil, pelo Código de Defesa do Consumidor, pelo Estatuto do Torcedor e pela Lei Geral do Esporte (Lei n. 14.597/2023). A análise da jurisprudência, especialmente do Recurso Especial n. 1.924.527/PR, julgado pelo Superior Tribunal de Justiça, demonstra que os clubes respondem objetivamente pelos danos ocorridos no interior e no entorno dos estádios, sendo a violência entre torcidas considerada risco previsível e inerente à atividade esportiva. Conclui-se que a responsabilização é um mecanismo jurídico necessário, mas que sua efetividade depende da aplicação integrada da legislação vigente e da cooperação entre clubes, torcidas e poder público.

Palavras-chave: Responsabilidade civil, clubes de futebol, torcidas organizadas, violência esportiva, Lei Geral do Esporte.



O IMPACTO DO JUIZ DAS GARANTIAS NO PROCESSO PENAL E NA GARANTIA DE DIREITOS DO INVESTIGADO NA FASE PERSECUTÓRIA

Guilherme Ebertz da Silva
José Edilson da Cunha Fontenelle Neto

Resumo: O presente estudo trata sobre os impactos da implementação no processo penal brasileiro da figura do juiz das garantias, instituído pelo Pacote Anti-Crime (2019). A relevância do tema está no fato de que o novo regramento traz consigo alteração no *modus operandi* das investigações criminais, concessão de medidas cautelares e oferecimento de denúncia ou queixa. Os objetivos específicos são os de conceituar o juiz das garantias; identificar a sua fundamentação legal e a constitucionalidade da norma que o instituiu, com especial análise das ADIs 6.298, 6.299, 6.300 e 6.305; e analisar as aplicações no sistema processual penal e seus reflexos. A metodologia é do tipo bibliográfica e o método é dedutivo. A expectativa deste artigo é colaborar com o entendimento do instituto do juiz das garantias, entender como será a sua implementação no Brasil e os impactos que isso gera no sistema processual.

Palavras-chave: Juiz das Garantias; direitos do investigado; fase persecutória.



PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO E PROPÓSITO NEGOCIAL: ANÁLISE DA APLICAÇÃO DA TEORIA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Ana Luíza Alves
Daniel de Oliveira

Resumo

O presente artigo aborda a aplicação da teoria do propósito comercial no ordenamento jurídico brasileiro e suas implicações na desconsideração de planejamentos tributários. A análise concentra-se na problemática de se determinar a legitimidade das estruturas empresariais frente ao poder de tributar, especialmente em um cenário de alta complexidade normativa. O trabalho examina a incorporação deste critério pela jurisprudência e precedentes administrativos, com especial atenção às oscilações de entendimento no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) e ao posicionamento do Supremo Tribunal Federal (STF). Investiga-se como a exigência de uma motivação econômica, além do intuito de economizar tributos, impacta a liberdade de auto-organização e a previsibilidade das relações entre Fisco e contribuinte. Através de uma abordagem doutrinária e jurisprudencial, a pesquisa explora os limites entre a elisão fiscal e a evasão, para identificar os parâmetros que conferem validade às operações de planejamento. Reafirma-se a necessidade de critérios objetivos que garantam a conformidade fiscal sem sacrificar a eficiência econômica e a racionalidade jurídica indispensáveis ao ambiente de negócios nacional.

Palavras-chave: planejamento tributário, elisão fiscal, propósito comercial.



TRATADOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS E SUA INFLUÊNCIA NO DIREITO MILITAR BRASILEIRO

Beatriz Schumacher Barbosa
Cloves Fernandes Barbosa

Resumo

O presente artigo analisa a influência dos tratados internacionais de direitos humanos no direito militar brasileiro, com ênfase na sua incorporação ao ordenamento jurídico e na atuação dos tribunais nacionais. O tema mostra-se relevante diante da necessidade de compatibilização entre as normas próprias do direito militar e os padrões internacionais de proteção dos direitos humanos, especialmente em um contexto de fortalecimento do controle sobre a atuação estatal. O objetivo geral da pesquisa consiste em examinar de que forma os tratados internacionais de direitos humanos impactam o direito militar brasileiro e contribuem para a proteção de direitos fundamentais no âmbito das instituições militares. Como objetivos específicos, busca-se analisar o diálogo entre esses tratados e a Constituição Federal de 1988; compreender a posição hierárquica dessas normas no ordenamento jurídico brasileiro; investigar a atuação do Poder Judiciário, com destaque para o controle de convencionalidade e a influência da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos; e identificar os principais desafios à efetividade dessas normas no contexto militar, especialmente aqueles relacionados a fatores institucionais e políticos. A pesquisa, de natureza qualitativa, adota abordagem bibliográfica e documental, utilizando o método dedutivo. Evidencia-se que, embora haja avanços na incorporação dos tratados internacionais de direitos humanos no direito brasileiro, sua plena efetividade no âmbito do direito militar ainda enfrenta desafios, exigindo maior integração entre as ordens jurídica interna e internacional para assegurar a proteção dos direitos fundamentais.

Palavras-chave: Direitos humanos, tratados internacionais, direito militar, controle de convencionalidade, Corte Interamericana de Direitos Humanos.



UMA ANÁLISE DA EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE PELO PAGAMENTO NOS CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA

Leonardo Freitas Wetzel
José Edilson da Cunha Fontenelle Neto

Resumo: O presente estudo trata da análise do pagamento como hipótese de extinção da punibilidade nos crimes contra a ordem tributária. O tema é importante em razão de implicar no direito de liberdade dos indivíduos, bem como na correta aplicação e eficácia das sanções penais dos crimes contra a ordem tributária, em contraste com a função social do tributo. Os objetivos específicos são: a) Contextualizar a atual legislação vigente sobre os crimes contra a ordem tributária, bem como o poder-dever do Estado de tributar; b) analisar o Direito Penal, explorando a tratativa quanto aos crimes contra a ordem tributária, observando tanto o bem jurídico tutelado nestes delitos como a tipificação de cada um deles; c) estudar a punibilidade e suas causas de extinção, visando entender o pagamento como hipótese de extinção da punibilidade, seguido de análise crítica da admissibilidade ou não do pagamento como meio de extinção.

Palavras-chave: Crimes contra a ordem tributária, extinção da punibilidade, Direito Penal Tributário.



A FRAGMENTAÇÃO DA CADEIA PRODUTIVA COMO BLIDAGEM JURÍDICA NA INDÚSTRIA TÊXTIL

Bionda Censi Pereira
Luís Felipe do Nascimento Moraes

Resumo: O presente estudo trata da fragmentação da cadeia produtiva na indústria têxtil e de seus reflexos sobre a responsabilização jurídica das empresas inseridas nesse modelo produtivo. O tema é relevante em razão da importância econômica do setor têxtil em Santa Catarina e da crescente utilização de mecanismos de terceirização, subcontratação e descentralização da produção, que podem contribuir para a precarização das relações de trabalho e dificultar a responsabilização dos beneficiários finais da atividade econômica. Os objetivos específicos são contextualizar a formação da indústria têxtil catarinense e o processo de reestruturação produtiva ocorrido a partir da abertura econômica dos anos 1990; identificar e caracterizar a organização da cadeia produtiva do setor, com destaque para as facções, a quarteirização e a evolução jurídica da terceirização; e discutir os limites da responsabilização jurídica nas cadeias produtivas fragmentadas, a partir da análise de dados estatísticos e de decisões judiciais relacionadas à jornada exaustiva, dano existencial e trabalho análogo à escravidão. A metodologia é do tipo bibliográfica e jurisprudencial. O método utilizado é o dedutivo. A expectativa deste artigo é contribuir para a discussão jurídica acerca dos limites da proteção trabalhista em cadeias produtivas descentralizadas e fornecer subsídios teóricos para a compreensão dos mecanismos de responsabilização das empresas que se beneficiam da produção fragmentada.

Palavras-chave: cadeia produtiva, terceirização, descentralização.



CRIPTOATIVOS E DEFI: DESVIO DE FINALIDADE PARA A LAVAGEM DE DINHEIRO E OCULTAÇÃO DE BENS

Matheus Pettersen
Waldemar Moreno Júnior

Resumo:

O presente artigo tem como foco analisar o avanço do fenômeno das finanças descentralizadas (DeFi) e dos criptoativos, especialmente no que concerne ao crime de lavagem de dinheiro e à ocultação de bens. O estudo parte da compreensão do ecossistema DeFi, abrangendo os conceitos de blockchain, criptomoedas e contratos inteligentes (smart contracts), para então avançar sobre os aspectos criminais relacionados ao desvio dessas tecnologias para fins ilícitos. São examinadas as três fases clássicas da lavagem de dinheiro (colocação, ocultação e integração), aplicadas ao contexto dos ativos digitais, destacando as particularidades que tornam os criptoativos instrumentos vantajosos para a prática de crimes financeiros. Discute-se, ainda, a dificuldade de vinculação entre endereços digitais e seus efetivos titulares das transações, a complexidade prática de penhora, a facilidade de movimentação de valores em escala global e limitação da territorialidade em relação à aplicação das leis brasileiras, fatores que potencializam a utilização de criptoativos para fins criminosos. Por fim, analisa-se o marco regulatório brasileiro, especialmente a Lei nº 9.613/1998, a Lei nº 14.478/2022 e as normas infralegais pertinentes, avaliando a adequação e as lacunas práticas do ordenamento jurídico pátrio diante dos desafios impostos pela novidade tecnológica.

Palavras-chave: Criptoativos. Lavagem de dinheiro. Finanças descentralizadas.



A (IN)COMPATIBILIDADE DO IN DÚBIO PRO SOCIETATE NA SENTENÇA DE PRONÚNCIA

Lavinia Maria Moraes dos Santos
José Edilson Fontenelle Neto

Resumo

A aplicação do *in dubio pro societate* na sentença de pronúncia gera debate por envolver a competência do Tribunal do Júri e as garantias constitucionais do acusado. Embora seja usado para justificar o envio do réu ao julgamento popular em caso de dúvida, esse entendimento não possui previsão expressa no ordenamento jurídico e pode contrariar a presunção de inocência, o devido processo legal e a lógica de que o ônus da prova pertence à acusação. Diante do exposto o estudo tem como objetivo geral analisar a compatibilidade do princípio do *in dubio pro societate* com a Constituição Federal e com as garantias processuais aplicáveis à sentença de pronúncia no procedimento do Tribunal do Júri. A pesquisa caracteriza-se como um estudo bibliográfico, de abordagem qualitativa e natureza descritivo-analítica. Conclui-se, portanto, que o *in dubio pro societate*, quando utilizado como critério decisório para resolver a dúvida na sentença de pronúncia, não se mostra compatível com a Constituição Federal de 1988. O processo penal brasileiro foi estruturado para proteger a liberdade e limitar o exercício do poder de punir, razão pela qual a incerteza probatória deve atuar como obstáculo ao avanço da acusação.

Palavras-chave: *In dubio pro societate*. Sentença de pronúncia. Tribunal do Júri. Presunção de inocência.



A GUARDA COMPARTILHADA E A PROTEÇÃO DA CRIANÇA: UMA ANÁLISE DOS INSTRUMENTOS JURÍDICOS À LUZ DO PRINCÍPIO DO MELHOR INTERESSE

Gabriela Gelbcke Beltrão
Denis Fernando Radun

Resumo

A presente pesquisa analisa a guarda compartilhada como mecanismo de promoção da proteção integral da criança, à luz do princípio do melhor interesse, no ordenamento jurídico brasileiro. A partir de uma abordagem bibliográfica, qualitativa e descritiva, o trabalho examina a historicidade da guarda compartilhada no Brasil e os fundamentos constitucionais e doutrinários que sustentam sua consolidação como regra geral pela Lei nº 13.058/2014 (Brasil, 2014). Analisa, ainda, o princípio do melhor interesse da criança em suas origens históricas e sua incorporação ao direito brasileiro, com ênfase na doutrina da proteção integral consagrada pela Constituição Federal de 1988 (Brasil, Constituição Federal 1988) e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990). O estudo demonstra que a guarda compartilhada constitui o modelo que mais fielmente concretiza esse princípio, ao preservar os vínculos parentais e assegurar o exercício conjunto do poder familiar. Conclui-se que sua efetividade depende de uma atuação interdisciplinar e integrada entre o Judiciário, o Ministério Público, profissionais da psicologia e do serviço social e, sobretudo, dos próprios genitores, atores centrais e insubstituíveis na construção de uma infância protegida, saudável e digna.

Palavras-chave: guarda compartilhada, melhor interesse da criança, instrumentos jurídicos.



O PRINCÍPIO DA PROIBIÇÃO DO RETROCESSO E AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Alice Maria Carvalho Barros;
Luiz Gustavo Assad Rupp

Resumo

O presente estudo trata do Princípio da proibição do retrocesso aplicado em matéria de mudança climática. O tema é importante em razão de buscar garantir que os avanços na proteção ambiental e climática não sejam desfeitos ou reduzidos, evitando retrocessos que possam comprometer direitos fundamentais, compromissos climáticos e as obrigações constitucionais. Os objetivos específicos são: contextualizar a evolução e principiologia do Direito ambiental; discorrer sobre o princípio da proibição do retrocesso e analisar a aplicação do Princípio da proibição do retrocesso aplicado nas mudanças climáticas. A metodologia é do tipo bibliográfica. O método é dedutivo, a expectativa deste artigo é contribuir para a compreensão sobre o problema das mudanças climáticas, identificando os impactos e não admitindo o retrocesso das obrigações ambientais.

Palavras-chave: Direito ao meio ambiente, crise climática, vedação de retrocesso



A IMPORTÂNCIA DA DUE DILIGENCE NOS PROCESSOS DE FUSÕES E AQUISIÇÕES (M&A)

Ana Paula Leite Gomes Farias;
Waldemar Moreno Junior

Resumo

A Due Diligence é um procedimento de investigação usado como ferramenta nos processos de Fusões e Aquisições (M&A), este processo é essencial para o crescimento das empresas e desenvolvimento do mercado financeiro e econômico, mas envolve riscos significativos que podem comprometer a viabilidade do negócio. A Due Diligence vem como uma solução e como segurança jurídica, ela tem como objetivo investigar passivos e contingências, após toda uma análise detalhada é realizada a emissão de relatórios para que através desses relatórios seja possível chegar a um Valuation, ou seja, um valor de mercado. Após o Valuation a proposta pode ser ajustada ou retirada, tudo depende do que foi encontrado, dos passivos e contingências, e do tanto que essa empresa está valendo no mercado. Essa análise geralmente é feita por profissionais qualificados em análise de mercado, advogados e contadores. Depois que toda a análise foi feita, a negociação será realizada, os contratos, cláusulas de garantias, posteriormente assinaturas e pagamentos. A metodologia adotada no desenvolvimento deste artigo é a qualitativa, de natureza bibliográfica, utiliza-se o método dedutivo com caráter explicativo. Utiliza-se como base a análise de livros, artigos e legislações.

Palavras-chave: due diligence, fusões e aquisições (M&A - mergers and acquisitions), valuation



USUCAPIÃO FAMILIAR NO BRASIL: ANÁLISE CRÍTICA DA APLICAÇÃO JURISPRUDENCIAL E SEUS DESAFIOS SOCIAIS E JURÍDICOS

Braz Severino;
Claudio Melquiades Medeiros

Resumo

O presente estudo, tem como objetivo analisar a jurisprudência recente do TJSC que têm como escopo a Usucapião Familiar. O tema é importante na medida em se propõe em avaliar os principais argumentos e posicionamentos do judiciário catarinense acerca do instituto da Usucapião Familiar. Como hipótese, defende-se que, no julgamento dos Recursos de Apelação os magistrados buscam cumprir o corpo da lei, seguindo seus requisitos de forma rigorosa, buscando também não intervir e levantar questões já resolvidas no Direito de Família. (não entendi) No decorrer do presente artigo procurar-se-á confrontar as recentes decisões do Tribunal do Estado de Santa Catarina com a doutrina dominante sobre o tema. A metodologia é do tipo bibliográfica. O método é dedutivo. A expectativa deste artigo é contribuir para uma reflexão direcionada aos impasses jurídicos frente às mais diversas doutrinas.

Palavras-chave: usucapião, Direito de Família, Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina



OS MOTIVOS DO AUMENTO DA JUDICIALIZAÇÃO DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (BPC/LOAS) PARA PESSOAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) DIANTE DAS NEGATIVAS PELA VIA ADMINISTRATIVA

Bruna Eduarda Fonseca;
Carlos Alberto Hartwig

Resumo

O presente trabalho tem como objeto de estudo os fatores do aumento da judicialização do Benefício de Prestação Continuada (BPC), previsto na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), para pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), especialmente diante das frequentes negativas na via administrativa. O tema se mostra relevante diante do expressivo crescimento nos diagnósticos de autismo nos últimos anos e da importância do benefício assistencial como instrumento de proteção social a indivíduos em situação de vulnerabilidade. Nesse contexto, o estudo tem como objetivos inicialmente a contextualização do TEA para posteriormente definir o BPC, finalizando será abordado sobre os reais motivos que negam o direito ao BPC na via administrativa e a necessidade de judicialização implicando na crescente demanda judicial e na sobrecarga do Poder Judiciário. A metodologia adotada é qualitativa, de cunho bibliográfico e documental, utilizando o método dedutivo e explicativo. Os resultados da pesquisa demonstram que, apesar dos avanços legislativos em relação à proteção dos direitos das pessoas com autismo, persistem entraves significativos na efetivação desses direitos no âmbito administrativo, o que impulsiona a busca pelo Judiciário como meio de garantir o acesso ao benefício.

Palavras-chave: Judicialização, benefício de prestação continuada, transtorno do espectro autista



A PEJOTIZAÇÃO NAS RELAÇÕES DE TRABALHO: UMA ANÁLISE À LUZ DO PRINCÍPIO DA PRIMAZIA DA REALIDADE

Carlos Eduardo Freitas do Rosário;
Renata Egert

Resumo

O artigo examina a prática da pejotização nas relações trabalhistas brasileiras, sob a ótica da aplicação da primazia da realidade como mecanismo jurídico essencial para combater arranjos contratuais simulados que buscam suprimir direitos trabalhistas. Adota-se abordagem qualitativa fundamentada em revisão bibliográfica crítica, análise jurisprudencial dos tribunais superiores (TST e STF) e interpretação normativa sistemática da legislação pertinente, com ênfase na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e na Constituição Federal de 1988. A investigação revela que a pejotização, quando utilizada como véu para ocultar relações de emprego genuínas sob a aparência de autonomia, configura-se inequivocamente como prática fraudulenta e inconstitucional. Tal estratégia gera consequências estruturais gravosas: promove a erosão de direitos sociais constitucionalmente garantidos, compromete gravemente a arrecadação previdenciária, fragiliza a organização sindical pela pulverização da base trabalhista e amplifica a vulnerabilidade jurídica e econômica do trabalhador. A jurisprudência analisada demonstra a eficácia operacional do princípio da primazia da realidade. Os tribunais superiores, desconsiderando a roupagem empresarial formal, têm sido incisivos em desvelar a verdadeira natureza jurídica das relações – reconhecendo o vínculo empregatício subjacente mesmo diante de estruturas societárias constituídas. Essa orientação assegura a subsunção do caso concreto à proteção trabalhista devida, privilegiando os fatos sobre as formas. Conclui-se que a pejotização, na forma como frequentemente operacionalizada, promove a precarização laboral e uma perigosa regressividade social.

Palavras-chave: Pejotização, Primazia da Realidade, Direito do Trabalho



A (IM)POSSIBILIDADE DA RELATIVIZAÇÃO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA ANTE A SOBERANIA DOS VEREDICTOS: ANÁLISE DO TEMA 1068 DO STF

Gabriel Batistella de Espindola;
Denis Fernando Radun

Resumo

No Tema de Repercussão Geral n. 1068, o Supremo Tribunal Federal firmou tese da constitucionalidade a execução imediata da pena oriunda sentença condenatória proferida por conselho de sentença do tribunal do júri. Tal decisão objetivou afirmar a vigência do princípio da soberania dos veredictos com a mitigação do princípio da presunção de inocência. Nesse cenário, o presente artigo analisa a (im) possibilidade da relativização do princípio constitucional da presunção de inocência ante a soberania dos veredictos. Para isso, o estudo parte da exposição do leading case do Tema 1068 em conjunto da previsão constitucional do Tribunal do Júri, seu rito e o duplo grau de jurisdição, seguido do entendimento da presunção de inocência como princípio e os precedentes da corte constitucional quanto esse princípio, finalizando com uma análise doutrinária sobre a eventual colisão de princípios e o debate favorável e crítico do caso concreto. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa do tipo bibliográfica, com método dedutivo e explicativo para examinar o objeto de pesquisa. Ao fim, o estudo expõe o entendimento doutrinário das implicações da decisão para a preservação dos direitos fundamentais, ponto de tensão no tema estudado, refletindo por uma visão garantista ante os anseios punitivistas.

Palavras-chave: Soberania dos Veredictos, Presunção de Inocência, Tema 1068



RECONHECIMENTO FACIAL NA SEGURANÇA PÚBLICA SOB A PERSPECTIVA DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

Gabriel Schons da Silva;
Waldemar Moreno Junior

Resumo

O presente estudo analisa a aplicação de tecnologias de reconhecimento facial na segurança pública brasileira e sua conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). A relevância da pesquisa decorre da crescente adoção de sistemas de vigilância em massa por órgãos estatais, frequentemente sem regulação específica que mitigue riscos como vieses algorítmicos, tornando essencial o equilíbrio entre a busca por uma segurança pública eficaz e a proteção da privacidade. O trabalho inicia com a contextualização da LGPD no ordenamento jurídico, abordando seus antecedentes históricos, a base constitucional no direito à privacidade e os princípios éticos e técnicos para o tratamento de dados. Na sequência, a pesquisa discorre sobre as premissas do reconhecimento facial e da inteligência artificial, analisando o funcionamento técnico da tecnologia, seus conceitos e aplicações práticas, com foco em casos brasileiros que revelam os dilemas jurídicos e sociais decorrentes de seu uso. Por fim, o estudo aprofunda a discussão sobre os dilemas do uso de dados na segurança pública, confrontando a busca por eficiência com os problemas de discriminação e a conformidade legal, analisando casos reais que opõem a narrativa de eficiência aos danos à dignidade humana. A pesquisa adota uma metodologia qualitativa e explicativa, com emprego da pesquisa bibliográfica e do método dedutivo, investigando se a implementação da tecnologia, diante da ausência de legislação e dos riscos de violações, afronta o direito à privacidade e as garantias da LGPD.

Palavras-chave: Lei geral de proteção de dados, segurança pública, reconhecimento facial



A (IN)CONSTITUCIONALIDADE DA AUSÊNCIA DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO NO TRABALHO AVULSO NO SETOR PORTUÁRIO: UMA AVALIAÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL

Gabrielli Schneiker;
Cloves Fernandes Barbosa

Resumo

A ausência de vínculo empregatício no trabalho avulso portuário é um tema que desperta debates relevantes no campo jurídico e social, especialmente diante do impacto que essa forma de contratação gera na vida dos trabalhadores. A Lei nº 12.815/2013, ao regulamentar a atividade, estabelece um regime diferenciado que, embora busque atender às particularidades do setor, suscita questionamentos quanto à conformidade com princípios constitucionais como a valorização do trabalho e a proteção social. A discussão se amplia ao considerar que, sem o vínculo formal, há uma fragilização das garantias trabalhistas, mesmo diante da previsão de direitos previdenciários e assistenciais específicos. Nesse contexto, o estudo tem como objetivo analisar a constitucionalidade dessa ausência de vínculo, avaliando se a legislação compromete ou assegura a proteção social, utilizando-se da metodologia de revisão bibliográfica para fundamentar a reflexão. Observou-se que a ausência de vínculo empregatício, embora regulamentada, ainda apresenta desafios significativos, exigindo reflexão contínua para garantir que os direitos fundamentais sejam efetivamente respeitados.

Palavras-chave: Portuário, Avulso, Constitucionalidade



A UTILIZAÇÃO DA IA NA TRIAGEM PROCESSUAL E A SUA COMPATIBILIDADE COM OS PRINCÍPIOS DO DEVIDO PROCESSO LEGAL E AMPLA DEFESA

Henri Pedroso;
Renata Egert

Resumo

A evolução tecnológica proporcionada pela inteligência artificial tem impactado de maneira significativa o funcionamento do Poder Judiciário, especialmente no que diz respeito à etapa de triagem processual. Essa etapa inicial, que é voltada à organização e análise preliminar dos processos judiciais, tem se beneficiado da automação e do processamento de grandes volumes de dados, promovendo, dessa forma, ganhos de celeridade e eficiência. No entanto, a adoção de ferramentas de inteligência artificial nessa etapa, levanta uma série de reflexões jurídicas, sobretudo, no tocante à sua compatibilidade com os princípios constitucionais do devido processo legal e da ampla defesa, previstos no artigo 5º, incisos LIV e LV da Constituição Federal. Este artigo se propõe a examinar criticamente a utilização da inteligência artificial na triagem processual e a sua compatibilidade com os princípios do devido processo legal e da ampla defesa. Essa análise contempla aspectos técnicos da inteligência artificial, seus potenciais enviesamentos e a falta de transparência algorítmica, apontando a necessidade de regulamentação específica. Conclui-se, portanto, que embora a inteligência artificial possa ser um instrumento valioso na gestão do Poder Judiciário, sua aplicação deve ser acompanhada de supervisão humana, transparência e responsabilidade, garantindo que a eficiência não se sobreponha à justiça e a proteção dos direitos fundamentais. Dessa forma, a utilização da inteligência artificial na triagem processual deve ser pautada por diretrizes éticas e normativas que assegurem a preservação do Estado Democrático de Direito.

Palavras-chave: inteligência artificial, princípios constitucionais, triagem processual



A DISCIPLINA JURÍDICA DA PARCELA DOS ROYALTIES DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL DESTINADOS AOS MUNICÍPIOS

Joquebede Campos Marinho;
João Fábio Silva da Fontoura

Resumo

O presente estudo analisa a disciplina jurídica da parcela dos royalties de petróleo e gás natural destinados aos municípios brasileiros. A pesquisa tem como objetivo central descrever de que modo o ordenamento jurídico brasileiro estrutura a distribuição dos royalties entre os municípios, descrevendo os critérios legais e as controvérsias judiciais que permeiam a temática. O objetivo geral é examinar a disciplina constitucional e infraconstitucional desse instituto, identificando os parâmetros jurídicos relacionados ao repasse das receitas. A metodologia adotada foi qualitativa, com base em revisão bibliográfica, análise legislativa e estudo de decisões judiciais. Os resultados apontam que, embora haja um arcabouço normativo consolidado, permanecem lacunas interpretativas e conflitos federativos, especialmente após a edição da Lei n.º 12.734/2012 e a judicialização da matéria no Supremo Tribunal Federal. Constatou-se, ainda, significativa disparidade entre municípios produtores e não produtores, bem como fragilidades na fiscalização e na efetividade da aplicação dos recursos.

Palavras-chave: Royalties, petróleo, municípios



PEJOTIZAÇÃO À LUZ DOS PRINCÍPIOS DA PROTEÇÃO E PRIMAZIA DA REALIDADE NO DIREITO DO TRABALHO: UMA ANÁLISE SOBRE OS IMPACTOS JURÍDICOS E ECONÔMICOS

Karoline Moraes Damasceno;
Cloves Fernandes Barbosa

Resumo

Em face do cenário de reestruturação das relações laborais, surge o fenômeno da pejotização, objeto do presente estudo, que se dá à luz dos princípios da proteção e da primazia da realidade no Direito do Trabalho. O objetivo é analisar em que medida o sistema de justiça brasileiro é efetivo quando o vínculo empregatício é mascarado por essa prática. Para isso, a pesquisa utilizou método dedutivo, com revisão bibliográfica, análise da legislação brasileira e estudo de decisões jurisprudenciais. Por conseguinte, concluiu-se que a combinação da redução da tributação e dos custos operacionais favorece a adesão à pejotização. Contudo, apesar da mudança de entendimento observada nos últimos anos, que favoreceu sua licitude em determinados contextos, a Justiça do Trabalho, em regra, mantém a tutela do trabalhador, reconhecendo o vínculo sempre que a realidade da prestação se sobrepõe à formalidade.

Palavras-chave: Pejotização, relações de trabalho, princípios



AS PLATAFORMAS DIGITAIS E AS NOVAS RELAÇÕES DE TRABALHO: IMPLICAÇÕES, REGULAÇÃO, OPORTUNIDADE E DESAFIOS

Kinberli Daiane Gelzleuchter;
Cloves Fernandes Barbosa

Resumo

O tema “As Plataformas Digitais e as Novas Relações de Trabalho: Implicações, Regulação, Oportunidades e Desafios” apresenta relevância crescente no cenário contemporâneo, marcado pelo avanço tecnológico e pela economia digital. As novas formas de contratação e prestação de serviços modificam de maneira significativa a dinâmica das relações laborais, exigindo análise crítica sob os aspectos econômico, jurídico e social. Nesse contexto, as plataformas digitais ocupam posição central ao mediar vínculos de trabalho, levantando debates sobre a regulação necessária para assegurar a inovação sem comprometer os direitos fundamentais dos trabalhadores. A investigação desse fenômeno possibilita compreender como o Direito do Trabalho e o Direito Constitucional têm enfrentado os novos arranjos contratuais, ao mesmo tempo em que reforça a necessidade de atualização da doutrina jurídica, tendo como fundamento metodológico a revisão bibliográfica para fundamentar a reflexão. A relevância prática da temática é constatada na constante discussão legislativa e judicial sobre o enquadramento jurídico do trabalho mediado por plataformas, que desafia modelos tradicionais e impõe a busca por soluções equilibradas entre inovação tecnológica, segurança jurídica e proteção social. Assim, a pertinência do estudo justifica-se pela contribuição acadêmica e prática, oferecendo subsídios para reflexões críticas voltadas à preservação dos princípios do Estado Democrático de Direito, sem perder de vista os riscos e as oportunidades que emergem desse processo de transformação.

Palavras-chave: Plataformas digitais, relações de trabalho, regulação



TEMA Nº 1.113/STJ E A BASE DE CÁLCULO DO ITBI: EXAME DA REPERCUSSÃO ADMINISTRATIVA À LUZ DA JURISPRUDÊNCIA DO TJSC

Letícia Cristina da Conceição;
Daniel de Oliveira

Resumo

O presente estudo trata da repercussão administrativa do Tema Repetitivo nº 1.113 do Superior Tribunal de Justiça (STJ) nos municípios catarinenses a partir de análise da jurisprudência do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC). O assunto é relevante em razão da continuidade de judicialização acerca da aplicação da base de cálculo do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) mesmo após a fixação de tese em sede de tema repetitivo no REsp nº 1.937.821/SP, circunstância que justifica a necessidade de estudo e aprofundamento da discussão. Os objetivos específicos são contextualizar os aspectos gerais do ITBI com enfoque em sua base de cálculo na legislação e na doutrina brasileiras, analisar o REsp nº 1.937.821/SP e a tese fixada no Tema nº 1.113/STJ e explorar a repercussão administrativa da decisão do STJ a partir de análise à jurisprudência do TJSC. A metodologia adotada é de natureza bibliográfica e o método utilizado é o dedutivo. A expectativa deste artigo é contribuir com a contextualização da discussão e suas vertentes com a finalidade de compreender se os municípios catarinenses aplicam o entendimento sobre a base de cálculo do ITBI após a fixação do Tema nº 1.113/STJ.

Palavras-chave: Repercussão administrativa, base de cálculo, ITBI, Tema nº 1.113/STJ



TOKENIZAÇÃO DE ATIVOS: UMA ANÁLISE JURÍDICA DA CONFIANÇA AUTOMATIZADA NA ERA DA DESCENTRALIZAÇÃO

Luan Alberto Santa Brígida Alvares;
Rafael Mendonça

Resumo

O artigo analisa a tokenização de ativos, entendida como representação digital de bens e direitos em redes blockchain, com o objetivo de examinar a natureza jurídica do token. O tema é relevante pela incorporação de tecnologias descentralizadas ao sistema jurídico e econômico, que desafiam conceitos de propriedade, contrato e intermediação. A pesquisa, de metodologia qualitativa e exploratória, baseia-se em revisão bibliográfica e análise de legislações, pareceres e estudos de caso de duas empresas tokenizadoras brasileiras. Os resultados indicam que a natureza jurídica do token varia conforme o ativo subjacente e a finalidade de sua emissão. Verificou-se que as tokenizadoras asseguram a conformidade regulatória, atuando como intermediárias na emissão e distribuição. Conclui-se que a tokenização de ativos transforma estruturalmente a circulação de valor, exigindo harmonização entre inovação tecnológica e segurança jurídica.

Palavras-chave: tokenização, ativos digitais, blockchain, smart contracts



FASHION LAW NO BRASIL: LIMITAÇÕES DA PROTEÇÃO MARCÁRIA NA MODA DE LUXO À LUZ DO CASO LOUBOUTIN X INPI

Luana Bernardo Galvão;
Patrícia de Oliveira Areas

Resumo

O caso Louboutin x INPI, referente à tentativa de registro do solado vermelho como marca, evidencia de forma significativa os limites da legislação brasileira de propriedade intelectual na proteção da moda de luxo. Nesse contexto, o presente estudo busca analisar como o Direito da Moda (“Fashion Law”) tem se consolidado no Brasil e de que forma a aplicação dos recursos legais disponíveis, mais especificamente o direito marcário, dialoga com as demandas específicas da indústria da moda. Para alcançar esse objetivo, realizou-se uma pesquisa de revisão bibliográfica descritiva e qualitativa, selecionando publicações nos canais Google Acadêmico, Revista SciELO e Portal de Periódicos Capes, além da análise de legislações pertinentes disponíveis no Diário Oficial da União. O estudo revelou que a proteção da moda de luxo no Brasil é realizada por meio da Lei nº 9.279/1996 (Lei da Propriedade Industrial), ainda de maneira restritiva quanto à possibilidade de registro de sinais distintivos não convencionais, como cores isoladas. Por fim, conclui-se que, apesar do crescimento do Direito da Moda (“Fashion Law”) no cenário nacional, a ausência de instrumentos legais específicos limita a proteção integral da moda de luxo, impondo desafios à consolidação da propriedade intelectual nesse setor. Mais especificamente no campo do direito marcário, conclui-se que o caso Louboutin x INPI mostra que a combinação entre estratégias judiciais e administrativas pode ser eficaz, mas ainda são necessárias regulamentações mais precisas e adaptadas à dinâmica do setor.

Palavras-chave: Fashion Law; Direito da Moda; Propriedade Intelectual; Moda de Luxo; Louboutin; INPI



A POLÊMICA DA LEGÍTIMA DEFESA DA PROPRIEDADE NO DIREITO PENAL BRASILEIRO: LIMITES ENTRE A TUTELA DO PATRIMÔNIO E O DIREITO À VIDA

Luiz Carlos Luciano;
Waldemar Moreno Junior

Resumo

O presente estudo trata da polêmica da legítima defesa da propriedade no direito penal: limites entre a tutela do patrimônio e o direito à vida. O tema é importante em razão de estar associado ao direito fundamental da vida, o estudo dos limites da legítima defesa é fundamental para garantir que o direito de se defender não seja utilizado de maneira excessiva, assegurando, assim, a observância dos princípios de justiça, proporcionalidade e respeito aos direitos humanos. A análise do excesso e da proporcionalidade na legítima defesa possui não apenas uma relevância teórica, mas também prática, pois impacta diretamente na decisão de casos envolvendo crimes contra a pessoa. Esse tema se revela de extrema importância ao buscar um equilíbrio entre o direito de defesa e a necessidade de prevenir injustiças ou abusos, proporcionando um limite adequado à reação da vítima frente à agressão sofrida. Os objetivos específicos são: a) associar a caracterização da legítima defesa no ordenamento jurídico; b) similaridades entre legítima defesa e excesso: limites da proporcionalidade na reação à agressão e c) a polêmica da legítima defesa da propriedade: entre a tutela do patrimônio e o direito à vida. A metodologia é do tipo bibliográfica. O método é dedutivo. A expectativa deste artigo é contribuir para o entendimento aprofundado da legítima defesa e contribuir para uma reflexão sobre o tema.

Palavras-chave: Propriedade, Legítima Defesa, Direito à Vida



A CONSTITUCIONALIDADE DO ARTIGO 46 DA LEI Nº 9.099/95 E A PROBLEMÁTICA DA FUNDAMENTAÇÃO PER RELATIONEM

Natali da Silva;
Nestor Castilho Gomes

Resumo

O presente estudo busca analisar a constitucionalidade do artigo 46 da Lei nº 9.099/95, bem como a problemática da fundamentação per relationem. A relevância do tema se justifica no papel que a fundamentação das decisões judiciais desempenha como meio de garantia dos direitos processuais das partes e como meio de legitimação do poder coercitivo estatal, de modo que é essencial analisar como se dá a fundamentação das decisões judiciais no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis, bem como se o dispositivo legal objeto do estudo viola a norma contida no artigo 93, IX, da Constituição Federal. Para tanto, este trabalho busca investigar o conceito de decisão fundamentada, a técnica de fundamentação per relationem e se o artigo 46 da Lei nº 9.099/95 contraria o artigo 93, IX, da Constituição Federal. Como resultado, a análise da literatura revelou que a doutrina especializada aponta para a inconstitucionalidade do artigo 46 da Lei nº 9.099/95, todavia, por outro lado, o Supremo Tribunal Federal possui entendimento consolidado no sentido de que as decisões prolatadas com base no artigo 46 da Lei nº 9.099/95 não violam o artigo 93, IX, da Constituição Federal, reproduzindo entendimento que é igualmente rechaçado pela doutrina. Em termos de metodologia, esta pesquisa foi conduzida por meio de revisão bibliográfica, adotando-se o método dedutivo.

Palavras-chave: fundamentação per relationem, juizados especiais cíveis, controle de constitucionalidade



IMUNIDADE MATERIAL PARLAMENTAR À LUZ DO CASO DANIEL SILVEIRA

Quemuel Dias de Moraes;
João da Fontoura

Resumo

O trabalho estudou o conceito das imunidades parlamentares, previstas no artigo 53 da Constituição, importante instituto que assegura aos congressistas a inviolabilidade civil e penal por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos. Trouxe o entendimento doutrinário e jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal mais recentes para identificar em quais circunstâncias a imunidade material possui caráter absoluto e quais os parâmetros adotados para determinar sua extensão. Buscou-se também a análise do caso da prisão e julgamento no STF, ação penal 1044, do então deputado Daniel Lucio da Silveira. O parlamentar foi denunciado pela suposta prática de crimes contra o Estado Democrático de Direito após publicação de vídeos no youtube em que proferia ofensas contra membros da Suprema Corte. Em sua defesa, alegou estar protegido pela imunidade material e arguiu suspeição e impedimento dos ministros para julgamento, mas as teses foram rejeitadas pelo relator, Alexandre de Moraes.(os resultados sairão ao final)

Palavras-chave: Inviolabilidade material, liberdade de expressão, estado democrático de direito



A CONVERGÊNCIA BRASILEIRA AOS PADRÕES DA OCDE EM PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA: REPERCUSSÕES NO CAMPO FISCAL, CONSIDERANDO A POLÍTICA FISCAL INTERNACIONAL BRASILEIRA

Raquel Valentini;
Cloves Fernandes Barbosa

Resumo

Esta pesquisa analisa em que medida a convergência do Brasil aos padrões da OCDE em matéria de preços de transferência, estabelecida pela Lei nº 14.596/2023, modifica a política fiscal internacional brasileira e impacta a apuração do IRPJ e da CSLL. O objetivo é avaliar os efeitos fiscais e institucionais da adoção do princípio do arm's length sobre comparabilidade, delineamento funcional e valoração de intangíveis, bem como sua compatibilidade com a política de tratados vigente. O estudo desenvolveu-se a partir da análise do processo de harmonização fiscal internacional e das controvérsias relacionadas à Convenção Multilateral da OCDE. A metodologia adotada é qualitativa, baseada em pesquisa bibliográfica e documental, com apoio no método dedutivo, partindo de princípios gerais de padronização internacional para examinar suas consequências no sistema tributário brasileiro. Os resultados apontam maior alinhamento às práticas internacionais e previsibilidade regulatória, mas também maior complexidade de aplicação, elevação dos custos de conformidade e risco de aumento indireto da carga tributária em setores intensivos em intangíveis. Além disso, evidenciam-se tensões com a política convencional brasileira, sobretudo na tributação de royalties e serviços técnicos, que podem demandar renegociação de tratados, com potenciais repercussões arrecadatórias.

Palavras-chave: Harmonização Fiscal Internacional; Preços de Transferência; Política Tributária Brasileira



A PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE NO PROCESSO EXECUTIVO FISCAL: ANÁLISE DO TERMO INICIAL, CAUSAS DE INTERRUPÇÃO E ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA SEGUNDO O STJ

Rudinei Reffatti;
Daniel de Oliveira

Resumo

Este estudo analisa a prescrição intercorrente no processo executivo fiscal, com ênfase no termo inicial, causas de interrupção e ônus de sucumbência, conforme a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ). O instituto é crucial para garantir segurança jurídica e evitar a perpetuação de litígios fiscais, impedindo que a falta de bens penhoráveis ou a inação do Fisco mantenham o devedor indefinidamente sujeito à ação, além de prevenir gastos judiciais infrutíferos. No entanto, sua aplicação gera controvérsias sobre eficácia, constitucionalidade e efeitos práticos perante a Lei de Execuções Fiscais (LEF 6.830/80). Os objetivos específicos estruturam-se primeiramente em traçar a evolução histórica da prescrição, seus fundamentos tributários, o contexto da prescrição ordinária e os impactos da intercorrente na execução fiscal; na sequência, em identificar o termo inicial na LEF, analisando seu conceito, causas de interrupção e as recentes mudanças jurisprudenciais do STJ em recursos repetitivos; e, por fim, discutir as alterações no ônus de sucumbência segundo o STJ. Metodologicamente, a pesquisa é qualitativa, dedutiva, baseada em análise bibliográfica, jurisprudencial e legislativa. A expectativa é contribuir para a discussão da constitucionalidade, aplicabilidade e efeitos práticos da prescrição intercorrente, propondo uma nova perspectiva que equilibre segurança jurídica e eficiência processual.

Palavras-chave: Prescrição intercorrente, execução fiscal, STJ



INAPLICABILIDADE DA LEI DE ANISTIA AOS CRIMES DE OCULTAÇÃO DE CADÁVER INICIADOS DURANTE A DITADURA MILITAR

Tiago dos Santos Caetano;
Leandro Gornicki Nunes

Resumo

O presente estudo investiga a inaplicabilidade da Lei de Anistia (Lei n. 6.683, de 28 de agosto de 1979) aos crimes de ocultação de cadáver praticados durante a ditadura militar (1964-1985). O tema é relevante por demonstrar a impossibilidade de anistiar tais crimes, cujas condutas e cujos efeitos se prolongam no tempo e sobre as famílias das vítimas, e por discutir o compromisso do Estado em assegurar a memória e a reparação, prevenindo a repetição de violações a direitos humanos. A metodologia utilizada é bibliográfica e documental, com abordagem dedutiva, reunindo conceitos, doutrina e jurisprudência sobre o tema. O estudo busca evidenciar a natureza permanente da ocultação de cadáver e a importância da justiça de transição para a superação de regimes autoritários. Por fim, concluiu-se que a responsabilização pelos crimes da ditadura é essencial para a preservação da memória e a garantia de direitos das vítimas.

Palavras-chave: Lei de anistia, ocultação de cadáver, ditadura militar



FONTES DO DIREITO INTERNACIONAL NO PROTOCOLO PARA JULGAMENTO COM PERSPECTIVA DE GÊNERO

Victória Maria Campos de Oliveira;
Cloves Fernandes Barbosa

Resumo

O presente estudo trata das fontes do Direito Internacional no Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero. O tema é importante em razão do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5 da Agenda 2030 da ONU, bem como da necessidade da adoção da perspectiva de gênero para reduzir desigualdades no Poder Judiciário. Os objetivos específicos são: contextualizar sobre o protocolo para julgamento com perspectiva de gênero, identificar as convenções internacionais utilizadas como fundamento do protocolo e indicar as entidades e pareceres do Direito Internacional que foram utilizadas como fonte para o protocolo. A metodologia é do tipo bibliográfica. O método é dedutivo. Por fim, este artigo pôde obter como resultados a observação de quais entidades e documentos do âmbito do Direito Internacional puderam compor e contribuir para a elaboração do Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero.

Palavras-chave: perspectiva de gênero, fontes do direito internacional, igualdade de gênero



A PREVALÊNCIA DO NEGOCIADO SOBRE O LEGISLADO NA REFORMA TRABALHISTA E SEUS LIMITES CONSTITUCIONAIS

Aline Santos da Silva
Cloves Fernandes Barbosa

Resumo

O presente trabalho analisa a prevalência do negociado sobre o legislado introduzido pela Lei nº 13.467/2017, conhecida como Reforma Trabalhista, com foco em seus limites constitucionais. O objeto da pesquisa consiste na análise da ampliação da autonomia privada coletiva e seus impactos na proteção dos direitos fundamentais dos trabalhadores. O problema jurídico investigado refere-se à possibilidade de a negociação coletiva flexibilizar direitos previstos em lei sem violar o patamar mínimo civilizatório assegurado pela Constituição Federal. Assim, o objetivo geral do estudo é examinar até que ponto convenções e acordos coletivos podem prevalecer sobre a legislação trabalhista, à luz dos artigos 611-A e 611-B da Consolidação das Leis do Trabalho. Parte-se da hipótese de que a negociação coletiva, embora legítima e valorizada pelo ordenamento jurídico, encontra limites nos direitos de indisponibilidade absoluta e nos princípios constitucionais de proteção ao trabalhador e da dignidade da pessoa humana. A metodologia adotada é de natureza qualitativa, com pesquisa bibliográfica e documental, utilizando-se doutrina especializada, legislação pertinente e análise jurisprudencial. Conclui-se que a prevalência do negociado sobre o legislado não pode ocorrer de forma irrestrita, devendo respeitar os direitos fundamentais trabalhistas, sob pena de comprometer a segurança jurídica e favorecer a precarização das relações de trabalho.

Palavras-chave: Negociação coletiva; Reforma Trabalhista; Direitos fundamentais.



A EFETIVAÇÃO DA REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS NO DIREITO DO TRABALHO: ENTRE A DIGNIDADE HUMANA E A LIMITAÇÃO LEGAL

Ana Néri Meirelles da Silva
Cloves Fernandes Barbosa

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo analisar a efetivação da reparação por danos morais no Direito do Trabalho à luz dos princípios constitucionais, com destaque para a dignidade da pessoa humana. Inicialmente, examina-se o conceito de dano e sua classificação no ordenamento jurídico brasileiro, especialmente a distinção entre dano material e moral e a proteção dos direitos da personalidade. Em seguida, aborda-se a reparação do dano moral nas relações trabalhistas, evidenciando seus fundamentos constitucionais, natureza jurídica e os elementos da responsabilidade civil. Por fim, analisa-se a influência da Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017), em especial a tarifação das indenizações prevista nos artigos 223-A a 223-G da CLT, bem como as críticas doutrinárias e o posicionamento do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior do Trabalho. Conclui-se que, embora a legislação infraconstitucional tenha buscado conferir maior objetividade à fixação das indenizações, a dignidade da pessoa humana permanece como parâmetro central, exigindo interpretação conforme a Constituição para assegurar a efetiva proteção dos direitos fundamentais do trabalhador.

Palavras-chave: Dano moral trabalhista; Dignidade da pessoa humana; Responsabilidade civil; Reforma trabalhista; Indenização.



A TERCEIRIZAÇÃO APÓS A LEI Nº 13.429/2017 E A REFORMA TRABALHISTA: FLEXIBILIZAÇÃO OU PRECARIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO?

Ana Paula da Silva
Cloves Fernandes Barbosa

Resumo

A presente pesquisa tem como objetivo central a análise da terceirização no Direito do Trabalho brasileiro e a sua intrínseca relação com o fenômeno da precarização das condições de trabalho. O tema é de suma relevância diante da profunda reestruturação legislativa promovida pela Lei 13.429/2017 e número 13.467/2017 bem como sua subsequente consolidação jurisprudencial pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252. tais marcos jurídicos autorizam a terceirização em qualquer etapa do processo produtivo, extinguindo a clássica distinção entre atividade-meio e atividade-fim. O objetivo geral deste estudo consiste em investigar os impactos reais dessa ampliação sobre o patamar civilizatório de direitos sociais, confrontando o discurso da eficiência econômica com a realidade fática das relações de trabalho. A metodologia adotada foi a qualitativa, fundamentada em pesquisa bibliográfica e documental, com análise crítica da doutrina contemporânea e dos indicadores de mercado.

Palavras-chave: Terceirização, Reforma do Trabalho, Precariedade, Lei nº 13.467/2017.



ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO PROTETIVA FEMININA E A MITIGAÇÃO DE SEUS EFEITOS SOB A ÓTICA DOS FENÔMENOS DA VITIMIZAÇÃO E DA SUBNOTIFICAÇÃO

Gabriel Rosá Davini Gehring
Frederico Wellington Jorge

Resumo

O presente trabalho visa analisar as atuais disposições normativas pátrias de proteção da mulher contra a violência doméstica e familiar e verificar a eventual atenuação de seus avanços, em decorrência dos fenômenos psíquicos da vitimização e da subnotificação. A persistência dessa forma de comportamento violento deve-se, em grande parte, ao enraizamento de uma cultura machista e patriarcal, pautada na desvalorização da mulher frente ao grupo social em que se encontra inserida. Segundo dados do Mapa Nacional de Violência contra a Mulher, realizado pelo Senado Federal em 2025, aproximadamente 25 milhões de mulheres relataram não serem vítimas de violência doméstica, mas sofreram alguma forma de agressão. Nesse sentido, há a necessidade de um aprofundamento multidisciplinar sobre o tema, porquanto trata-se de um comportamento nocivo ao ordenamento jurídico nacional e à sociedade moderna. Para tanto, o projeto partiu de uma abordagem qualitativa, se espelhando em estatísticas, legislações penais e processuais penais, artigos científicos e livros sobre a temática. Os resultados mostram que os avanços perpetrados pelas recentes legislações protetivas não são integralmente aplicados, ante os fenômenos da vitimização e da subnotificação, ínsitos da violência intrafamiliar, dada a pré-definição dos papéis sociais, dependência emocional ou financeira da ofendida ou o receio do agressor, elementos caracterizadores dessa modalidade de lesão.

Palavras-chave: Violência Doméstica e Familiar, vitimização, subnotificação.



O DIREITO DE MORRER COM DIGNIDADE: A EUTANÁSIA E O SUICÍDIO ASSISTIDO À LUZ DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Gabriele Alves de Oliveira
Denis Fernandes Radun

Resumo

A eutanásia e o suicídio assistido constituem temas de elevada complexidade jurídica, ética e social, especialmente no contexto do Estado Democrático de Direito, em que se impõe a conciliação entre a proteção à vida e o respeito à dignidade da pessoa humana. No ordenamento jurídico brasileiro, tais práticas não possuem regulamentação permissiva específica, sendo enquadradas, em regra, no âmbito do direito penal — a eutanásia como homicídio e o suicídio assistido como crime previsto no artigo 122 do Código Penal. Nesse cenário, impõe-se o seguinte problema de pesquisa: em que medida o tratamento jurídico-penal da eutanásia e do suicídio assistido no Brasil é compatível com os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e da autonomia da vontade? O presente trabalho tem por objetivo analisar esse tratamento jurídico, examinando sua inserção no direito penal e discutindo os limites da intervenção estatal diante das escolhas existenciais do indivíduo em contextos de sofrimento intenso e irreversível. A hipótese central é a de que o modelo jurídico-penal vigente, ao tratar tais práticas de forma predominantemente repressiva, revela-se parcialmente incompatível com os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e da autonomia da vontade, especialmente diante do reconhecimento jurídico da ortotanásia e dos cuidados paliativos. A pesquisa adota método dedutivo e procedimento bibliográfico, com base em doutrina, legislação, projetos de lei e resoluções do Conselho Federal de Medicina. Os resultados indicam a existência de contradições internas no ordenamento brasileiro e a necessidade de regulamentação específica que compatibilize a proteção da vida com o respeito à autonomia do paciente em situações terminais.

Palavras-chave: Eutanásia, suicídio assistido, dignidade da pessoa humana, autonomia da vontade, direito penal, terminalidade da vida.



APLICAÇÃO DA BUSINESS JUDGMENT RULE NO DIREITO BRASILEIRO

Gustavo Burato
Renata Egert

Resumo

O presente estudo tem como objeto a análise da aplicação da business judgment rule no direito brasileiro, ao qual se aplicada, isenta os administradores que agiram de boa fé. A hipótese foi desenvolvida buscando confirmar ou refutar a aplicação do tema, que reside em fornecer parâmetros jurídicos mais claros aos administradores quanto à extensão de suas responsabilidades no âmbito dos contratos empresariais e das sociedades das quais participam, especialmente diante do risco inerente à atividade empresarial. Os objetivos transcorreram em torno da investigação da aplicabilidade da business judgment rule no direito brasileiro, verificando em que medida o instituto protege os administradores de sociedades empresariais que atuam de boa-fé, com análise dos critérios e limites de sua aplicação no ordenamento jurídico brasileiro a partir do exame doutrinário e dos precedentes dos tribunais superiores e da CVM, a fim de identificar parâmetros jurídicos que distingam as decisões de boa-fé, insuscetíveis de responsabilização, daquelas que extrapolam a proteção conferida aos administradores. A metodologia adotada é a pesquisa bibliográfica, com análise de doutrina nacional e estrangeira, bem como da legislação pertinente. Ao final então, concluiu-se que a Business Judgment Rule, embora de origem norte-americana, é compatível com o ordenamento jurídico brasileiro, encontrando respaldo no art. 159, § 6º, da Lei das Sociedades Anônimas e nos princípios da boa-fé e da diligência, podendo ser utilizada como instrumento de segurança jurídica aos administradores que atuem de forma informada, desinteressada e no melhor interesse da companhia, afastando responsabilizações indevidas decorrentes do risco inerente à atividade empresarial.

Palavras-chave: responsabilidades dos administradores, bussiness judgment rule, sociedades anônimas.



A PRESERVAÇÃO DA CADEIA DE CUSTÓDIA DE PROVAS DIGITAIS NO PROCESSO PENAL

Lais Amorim
Waldemar Moreno Júnior

Resumo

O artigo científico tem por objetivo analisar como a cadeia de custódia se torna pressuposto de admissibilidade da prova digital no processo penal. A pesquisa aborda as peculiaridades da prova digital e, principalmente, sua cadeia de custódia e a inobservância do instituto. Diante da omissão legislativa, foram examinados os parâmetros técnicos e jurídicos para manipulação e armazenamento de dados digitais. Adotou-se metodologia qualitativa e método dedutivo, com investigação bibliográfica e análise jurisprudencial, amparada em livros, artigos científicos, legislação e decisões judiciais. Por fim, concluiu-se que a preservação da cadeia de custódia da prova digital é essencial para a sua valoração no processo penal, sendo necessária a adoção de procedimentos especiais para assegurar a confiabilidade, integridade e autenticidade dessa nova espécie probatória, a fim de efetivar os direitos e garantias fundamentais do acusado frente ao poder estatal.

Palavras-chave: cadeia de custódia; prova digital; processo penal; prova ilícita.



A ARBITRAGEM TRIBUTÁRIA NO BRASIL: OBSTÁCULOS E PERSPECTIVAS À LUZ DA EXPERIÊNCIA PORTUGUESA

Luís Gustavo Brodbeck Werner
Daniel Oliveira

Resumo

O presente trabalho investiga a viabilidade jurídico-normativa da instituição da arbitragem como meio alternativo de solução de conflitos em matéria tributária no ordenamento brasileiro, tomando-se como paradigma de análise comparativa o regime português instituído pelo Decreto-Lei nº 10/2011. Parte-se da constatação empírica, extraída do relatório Justiça em Números 2023 (ano-base 2022) do Conselho Nacional de Justiça, de que o contencioso tributário brasileiro padece de congestionamento superior a 88%, com aproximadamente 27 milhões de execuções fiscais pendentes e tempo médio de tramitação superior a oito anos. Examinam-se, sucessivamente, o regime geral da arbitragem (Lei nº 9.307/1996, com as alterações da Lei nº 13.129/2015 e o precedente normativo da Lei nº 14.133/2021), a estrutura normativa do crédito tributário no Código Tributário Nacional, o aparente dogma da indisponibilidade – mitigado pela Lei nº 13.988/2020 (transação tributária) –, a experiência portuguesa do Centro de Arbitragem Administrativa (CAAD) e o Projeto de Lei nº 2.486/2022. Conclui-se pela viabilidade da arbitragem tributária no Brasil, desde que observados quatro requisitos cumulativos: edição de lei complementar nacional (art. 146, III, CF/88), delimitação material taxativa das controvérsias arbitráveis, natureza ex iure do procedimento e desenho institucional que assegure imparcialidade, publicidade e controle de validade. Adotou-se método dedutivo, com técnica bibliográfico-documental e recurso ao direito comparado.

Palavras-chave: Arbitragem tributária. Crédito tributário. Indisponibilidade. Transação tributária. Experiência portuguesa. CAAD. PL 2.486/2022.



A (IM)POSSIBILIDADE DA REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO PARA MÃES ATÍPICAS CELETISTAS

Maiara Cristina Ronchi
Janaína Silveira Soares Madeira

Resumo

O presente estudo discorre sobre a possibilidade de redução da jornada de trabalho, sem redução salarial, para mães atípicas submetidas ao regime celetista. A temática emerge diante da crescente visibilidade das famílias que convivem com pessoas com deficiência e da sobrecarga enfrentada por mães que acumulam o trabalho remunerado com o cuidado integral de filhos que demandam atenção permanente. Embora o ordenamento jurídico brasileiro assegure aos servidores públicos federais a redução da jornada de trabalho para acompanhamento de dependente com deficiência, conforme previsto no art. 98, §§ 2º e 3º, da Lei nº 8.112/1990, não há previsão equivalente na Consolidação das Leis do Trabalho, evidenciando lacuna normativa. A pesquisa, de natureza qualitativa e método dedutivo, fundamenta-se em análise bibliográfica, legislativa e jurisprudencial. Conclui-se que é juridicamente possível a redução da jornada de trabalho para mães atípicas celetistas, mediante aplicação analógica do regime estatutário e dos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, da igualdade material e da proteção à pessoa com deficiência, desde que observados critérios de razoabilidade e proporcionalidade, bem como a análise do caso concreto pelo Poder Judiciário.

Palavras-chave: Mães atípicas, Redução da jornada de trabalho, Pessoa com deficiência, Direito do trabalho, Lacuna normativa.



A REGULAMENTAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO DOS MOTORISTAS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS E DE CARGAS

Paulo Antonio Pereira Rodrigues Bezerra
Janaina Silveira Soares Madeira

Resumo

O presente estudo analisa a regulamentação da jornada de trabalho dos motoristas de transporte rodoviário de passageiros e de cargas, com fundamento nas disposições da Lei nº 13.103/2015 e no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.322 pelo Supremo Tribunal Federal. O tema justifica-se pela relevância social e jurídica da atividade, caracterizada por extensas jornadas de trabalho, pressão por produtividade e riscos inerentes à condução de veículos em trajetos de longa duração, fatores que tornam o controle do tempo de trabalho elemento essencial para a proteção da saúde do motorista e para a promoção da segurança viária. Os objetivos específicos consistem em verificar a jornada legal de trabalho dos motoristas profissionais; examinar as alterações decorrentes da decisão proferida pelo STF na ADI nº 5.322, que resultou na declaração de inconstitucionalidade de dispositivos da Lei nº 13.103/2015; e apontar os riscos jurídicos decorrentes da inobservância da jornada para o trabalhador, para as empresas e para a sociedade. A pesquisa adota abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e jurisprudencial, utilizando o método dedutivo e aprofundamento explicativo. Os resultados indicam que a Lei nº 13.103/2015 introduziu mecanismos de flexibilização que representaram retrocessos na proteção do motorista profissional, parcialmente corrigidos pelo STF no julgamento da ADI nº 5.322, ao declarar a inconstitucionalidade de dispositivos relacionados à exclusão do tempo de espera da jornada de trabalho, à redução dos intervalos interjornada e à possibilidade de descanso com o veículo em movimento. Conclui-se que a observância da jornada legal constitui exigência de ordem pública, cujo descumprimento produz consequências jurídicas, sociais e econômicas que ultrapassam a esfera da relação individual de emprego.

Palavras-chave: Jornada de trabalho, motoristas profissionais, ADI 5322.



A IMPLEMENTAÇÃO DE PRÁTICAS DE COMPLIANCE MÉDICO COMO MECANISMO DE MITIGAÇÃO DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO PROFISSIONAL DA SAÚDE

Pietra Mariotti
Cloves Fernandes Barbosa

Resumo

O presente trabalho tem como objeto de estudo a implementação de práticas de compliance médico como mecanismo de mitigação da responsabilidade civil do profissional da saúde. O tema justifica-se pelo crescimento expressivo da judicialização das relações médico-paciente no Brasil, cenário que impõe ao profissional da saúde uma atenção redobrada à sua atuação. O objetivo geral é analisar de que forma a implementação de práticas de compliance médico pode atuar como mecanismo de mitigação da responsabilidade civil do profissional da saúde. O problema jurídico que orienta a pesquisa consiste em verificar se a implementação de programas estruturados de compliance médico é capaz de reduzir a incidência de condenações por responsabilidade civil ou se apenas fortalece a defesa processual do profissional. A hipótese central sustenta que a adoção de práticas de compliance não afasta a responsabilidade civil do médico, mas atua como instrumento eficaz de mitigação do risco jurídico, reduzindo a incidência de falhas estruturais e fortalecendo a demonstração da ausência de culpa em demandas indenizatórias. A metodologia adotada é qualitativa, com base em pesquisa bibliográfica e documental, abrangendo doutrina jurídica nacional, legislação pertinente e jurisprudência dos tribunais superiores, mediante método dedutivo.

Palavras-chave: Responsabilidade civil médica, Compliance médico, Mitigação de responsabilidade.



QUEBRA DE SIGILO BANCÁRIO E FISCAL NA INVESTIGAÇÃO DE LAVAGEM DE DINHEIRO: LIMITES CONSTITUCIONAIS

Rafael de Liz Pereira
Waldemar Moreno Junior

Resumo

Este trabalho tem por objeto de estudo os limites constitucionais da persecução penal em crimes econômicos de grande repercussão, especialmente na lavagem de dinheiro (Lei nº 9.613/1998), considerando investigação financeira (quebras de sigilo bancário, fiscal e telemático), medidas cautelares reais (sequestro, arresto e bloqueio/indisponibilidade de bens) e o processo penal midiático. A importância do tema decorre da tensão entre a necessária eficiência estatal no enfrentamento de fraudes complexas e a preservação de direitos fundamentais (art. 5º, X e XII, CF), do devido processo legal, da presunção de inocência e da proporcionalidade, sobretudo em ambientes de intensa exposição pública e pressão social. O objetivo geral é identificar parâmetros jurídico-constitucionais para a adoção e o controle dessas medidas, evitando devassas probatórias e constrições patrimoniais desnecessárias. O problema jurídico consiste em verificar se, em casos midiáticos, ocorre flexibilização indevida dos requisitos de motivação concreta, delimitação temporal/material e controle jurisdicional efetivo de atos investigatórios e cautelares, com risco de antecipação de efeitos sancionatórios. As hipóteses sustentam que (i) a legitimidade das medidas exige fundamentação qualificada, pertinência temática estrita e revisão periódica; e (ii) a pressão midiática tende a reduzir o ônus argumentativo estatal e a favorecer decisões padronizadas. A metodologia é qualitativa, com pesquisa bibliográfica e documental, além de análise jurisprudencial de precedentes do STF e STJ sobre sigilos, compartilhamento de informações e cautelares patrimoniais. Como resultados, propõem-se padrões decisórios de proporcionalidade e motivação, orientados à compatibilização entre efetividade investigativa e garantias constitucionais.

Palavras-chave: Lavagem de dinheiro, Investigação financeira, Quebra de sigilo, Medidas cautelares reais, Processo penal midiático.



O PRINCÍPIO DA EFETIVIDADE JURISDICIONAL NA EXECUÇÃO CIVIL NA ERA DA AUTOMAÇÃO

Samuel dos Santos Silva
Rafael Mendonça

Resumo

O presente estudo trata do princípio da efetividade jurisdicional na execução na era da automação. O tema é importante pois diante do problema com a efetividade das execuções e da crescente automação dos processos, é preciso avaliar quais os alcances e limites das tecnologias utilizadas. Os objetivos específicos são: a) IDENTIFICAR os principais obstáculos à efetividade jurisdicional nas execuções; b) INVESTIGAR as tecnologias de automação utilizadas pelo judiciário a fim de garantir a efetividade jurisdicional e c) AVERIGUAR o alcance e as limitações das tecnologias utilizadas, para garantir a efetividade jurisdicional. A metodologia é do tipo bibliográfica e documental. O método é dedutivo. A expectativa deste artigo é ajudar na busca de novas tecnologias que possam garantir a efetividade jurisdicional das execuções civis.

Palavras-chave: Automação, execução, efetividade, SISBAJUD.